

(7)

Rui Barbosa e a
Filosofia Existencial Cristã

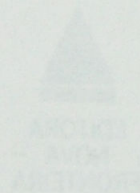
Evaristo de Moraes Filho

Este livro foi impresso nas oficinas
da Editora Vozes Ltda., Rua Frei
Luís, 100, Petrópolis, RJ


EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

Rui Barbosa e a
Filosofia Existencial Cristã

Evaristo de Moraes Filho



Das Palavras

Der Mystizismus ist die Scholastik des Herzens, die Dialektik des Gefühls — O misticismo é a escolástica do coração, a dialética do sentimento.

Goethe, *Maximen una Reflexionen*,
Deutscher Taschenbuch Verlag,
Munich, 1963, p. 39.

Nous avons perdu le sens mystique, et qu'est-ce qu'une religion sans mysticité? une rose sans parfum.

H.-Fr. Amiel, *Fragments d'un Journal Intime*, 12.^a ed., vol. I, Paris, 1915,
p. 156.

Duas Palavras

Um dos aspectos mais interessantes da obra de Goethe é a sua concepção da linguagem. Para ele, a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um meio de expressão da alma humana. Ele acreditava que a linguagem poderia revelar a natureza profunda do ser humano e que, através dela, o indivíduo poderia alcançar um estado de harmonia com o universo.

Goethe acreditava que a linguagem era um reflexo da natureza humana e que, portanto, ela deveria ser usada de maneira honesta e verdadeira. Ele acreditava que a linguagem poderia ser usada para expressar as emoções e os sentimentos mais profundos do ser humano e que, através dela, o indivíduo poderia alcançar um estado de harmonia com o universo.

Der Mystizismus ist die Scholastik des Herzens, die Dialektik des Gefühls — O misticismo é a escolástica do coração, a dialética do sentimento.

Goethe, Maximen und Reflexionen, Deutscher Taschenbuch-Verlag, Munich, 1987, p. 39.

Nous avons perdu le sens mystique, et qu'est-ce qu'une religion sans mystère? une rose sans parfum.

H. Fr. Amiel, Fragments d'un Journal Intime, 12^e ed., vol. I, Paris, 1915, p. 156.

Não há três anos fui eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e desde então me fixei no tema, agora publicado, objeto do discurso de posse a 21 de setembro último. Durante uns oito anos, com a leitura contínua da obra de Rui, observei a constância das suas citações bíblicas e de textos religiosos. Em tom místico, profético, não raro messiânico, percebe-se nele, desde logo, aquele frêmito religioso, aquela devoção, a que se referiam os pietistas alemães, que o vestia inteiro, sem brechas nem rachaduras, fazendo-o um *homo religiosus* em todos os momentos de sua vida. Sempre com apoio no Novo Testamento, João e Paulo são os seus evangelistas prediletos.

A ardência da fé, a luta pela perfeição de sua crença e de si próprio, o abandono da filosofia especulativa e do intelectualismo puramente racionalista, aproxima-o das correntes que, ao longo da história do pensamento humano, se inclinaram para o homem e não para as coisas, para o sentimento e não para a razão, para o indivíduo e não para as homo-

geneidades abstratas. Como é sabido, Sócrates é dado como o iniciador ocidental dessas correntes, quando se voltou para o homem, para o conhecimento de si mesmo, psicológico e moral, deixando em segundo plano o conhecimento externo da natureza, como faziam os filósofos que o precederam. Santo Agostinho, já na ordem cristã, é admitido como o primeiro pensador propriamente moderno e europeu, também voltado para dentro de si mesmo, onde descobriu que lá se encontrava Deus, quando o andou procurando fora de si por muito tempo. Deixando de lado os estóicos e São Bernardo, alcança-se Pascal, na mesma direção. Rui a ele se refere por diversas vezes, sempre de forma elogiosa, dando-o, inclusive, como testemunha contra o clericalismo do seu tempo. Sócrates também é referido por Rui várias vezes; numa delas, em 1882, atribui-lhe, corretamente, o haver “trazido a filosofia dos numes aos homens”.

Passando rapidamente por Maine de Biran, vai caber a Kierkegaard a criação da filosofia existencial, propriamente dita, em oposição ou crítica à filosofia especulativa, sistemática, hermética, principalmente de Hegel. O pensador dinamarquês não esconde a sua imensa simpatia por Sócrates, com o qual se identifica de imediato. No *Conceito da angústia*, uma de suas obras fundamentais, a ele se refere em diversos passos. No seu *Jornal*, a 8 de março de 1850, afirma que o cristianismo não é uma doutrina, mas uma mensagem existencial, como foi

exemplo a vida de Sócrates, pois a virtude não se ensina, não se transmite abstratamente, ela é “um poder, um praticar, um existir, uma transformação existencial”.

Já ninguém hoje duvida que Dostoievski tenha sido o fundador da filosofia existencial russa, embora não fosse um filósofo profissional. Talvez houvesse conhecido a obra de Kierkegaard, mas nem disso precisava, porque ninguém o superou na fome de viver, na ânsia desesperada da fé tranqüilizadora e no abandono do puro discurso lógico. No corpo-a-corpo com Deus, nem Kierkegaard o supera nesse esforço trágico de trazer a luz para as trevas da alma humana.

Depois preferi Unamuno, quando podia me referir a Bergson, a Péguy, a Soloviev, todos contemporâneos de Rui. Mas o professor de Salamanca chegou a ser autor de sua leitura, embora já em período tardio, e muito possui que os aproxima na sua cosmovisão religiosa.

Deve ser acentuado, e bem, que me refiro à filosofia existencial, e não ao existencialismo de pós-guerra; e à filosofia existencial cristã, já que a religião era o todo de Rui. Não há dúvida que coube a Kierkegaard o haver empregado a palavra existência no sentido filosófico que hoje possui (J. Wahl). Tratava-se de opor a filosofia da existência às concepções clássicas da filosofia, em geral, racionalistas ou idealistas, tais como as de Platão, Descartes, Spinoza e Hegel, no qual culminam. A filosofia existencial

discordava do excesso de objetividade e de eleatismo, a favor da subjetividade, do indivíduo no quotidiano concreto, ser dinâmico, com suas paixões e suas angústias de escolha. Mas, para a filosofia existencial, o indivíduo só se descobre e só se revela quando numa relação permanente com um ser que o transcende. Isto é, encontra-se sempre diante de Deus. Como escreve Fritz Heineemann, a existência abre um novo caminho para a transcendência. E completa o professor alemão: "Por filosofia existencial entendo uma nova direção que tende a superar a unilateralidade tanto da filosofia racionalista como da irracionalista. Em lugar de partir do *cogito* cartesiano (em sua dupla significação de consciência e pensamento) começa com o sujeito em sua tríplice relação com o homem, o universo e Deus. O homem que responde ao homem, ao mundo e a Deus é a chave para a compreensão do mundo humano, da história e do Todo."

Aí está Rui, aí está a justificação do tema deste discurso. Deve ser lembrado que o ensaio sobre a religiosidade em Rui é meramente exemplificativo, nunca exaustivo, pois numerosos tópicos seus, talvez a maioria, não puderam ser trazidos para este texto. E também é bom que não sejam esquecidas as conhecidas palavras de Karl Jaspers: de que o existencialismo é a morte da filosofia da existência.

Rio de Janeiro 3 de outubro de 1983.

EVARISTO DE MORAES FILHO

Rui Barbosa e a Filosofia Existencial Cristã

*Para Pedro Calmon
e Américo Jacobina Lacombe*

1. Não há quem possa esconder sua emoção ao ser admitido como sócio do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desde que foi fundado em 1838, como que se confundem a sua história e a própria história da nacionalidade. Dele sempre fizeram parte os maiores historiadores do país, como também sempre lhe pertenceram as melhores iniciativas de congressos e de estudos sobre o passado desta terra. A sua Revista é o registro desse passado, passado que não morre, porque interpretado e compreendido segundo os novos documentos descobertos e os novos valores de cada época. Não há passado morto e definitivamente arquivado; pelo contrário, renova-se a cada passo, faz-se presente, despertado pelas indagações que lhe são dirigidas pelos tempos afora. Assim como o futuro, que não tem fim, também inesgotável é a investigação sobre o passado, mas que só responde a quem lhe saiba bem perguntar.

Disso sabem todos os ilustres Membros desta Casa, historiadores eméritos que são, e a cuja frente

se encontra a figura singular de Pedro Calmon, trabalhador infatigável, e que dispõe de todo o bom instrumental para o seu mister. Já em 1898 escrevia o psicólogo Charles Richet: "De todas as funções psíquicas, a memória é a mais importante. Sem memória, não há nada na inteligência, nem imaginação, nem juízo, nem linguagem, nem consciência. É a chave da abóbada do edifício intelectual."¹ E aí temos Pedro Calmon: imaginativo, ponderado, loquaz, com apreensão rápida das coisas e das pessoas, sumamente inteligente. Desejo-lhe agradecer as amáveis palavras com que me recebeu ainda há pouco e também aos demais Membros deste colendo Instituto que tiveram a bondade de me acolher como seu par. Para Américo Jacobina Lacombe, que me deveria recepcionar, os meus agradecimentos, porque lhe ouço no coração as palavras que não puderam ser ditas.

2. Esta já é a sétima vez que tomo Rui Barbosa como tema de ensaio ou de conferência. Constitui ele um exemplo vivo do que acabei de declarar no primeiro parágrafo a respeito do passado histórico. Apesar do que pensam alguns, ou muitos, a obra e a vida de Rui constituem um tema inesgotável. Ainda bem nem acabamos de tratar de uma ou outra, e quando a elas voltamos ficamos de novo surpreendidos pelos aspectos insuspeitados que lhes descobrimos. Advogado e político militantes, a imagem mais forte de Rui, a que se impõe aos que o

vêm de fora, é a de um homem de ação, combativo, eloqüente, polêmico, todo razão e todo vontade, uma verdadeira máquina de pensar, de falar e de lutar. Em cartas a João Lúcio de Azevedo, de agosto de 1918 e de março de 1919, Capistrano de Abreu deixa-se ficar nesse estereótipo caricatural, traçando-lhe o perfil, nem sempre generoso: "É uma organização intelectual extraordinária, que se pode chamar prussianizada." (...) "Ouvi que, estudante, antes de lavar o rosto, por conselho do pai, Rui lia algumas páginas de Camilo. Deve ter concorrido para dar à sua inteligência uma feição prussiana, sempre preparada, sempre mobilizada, prestes a partir em guerra, ao primeiro toque de corneta. A sua faculdade fundamental é a memória." (...) "Outra faculdade é a análise: quando começa a dissecar um caso e julga-se que chegou ao fim, muitas vezes está apenas no meio." (...) "Cultura filosófica parece não possuir. Para ele a filosofia reduz-se à lógica e a lógica à dialética. Sua dialética é feroz."²

Eis, aí, um dialeto feroz, uma inteligência prussiana, quando, na realidade, Rui era um tímido, sempre se julgando, de início, incapaz e insuficiente para as tarefas que lhe eram apresentadas, por isso mesmo se preparava tanto, saltando muito acima da marca do sarrafo. Emotivo a mais não poder, afetivo, bem que poderia responder a Capistrano com as palavras de Jimenez d'Asua: "Onde não houver coração, é melhor também que não haja cérebro." Como Goethe, bem sabia que seca é toda teoria e

inteiriça, especial e inseparável da sua personalidade, através da qual enxergava o mundo e a sociedade humana. No seu primeiro discurso público, quando da conclusão do ginásio, a 26 de novembro de 1865, aos 16 anos de idade, já aí se encontram as constantes da religiosidade que irá ostentar, coerentemente, pelo resto da vida. O seu Deus é de amor, a favor do homem na sua faina infundável, compreendendo-lhe a alegria de viver, na conquista de novas verdades e inventos, sem menosprezo da ciência e da liberdade. Aí, nesse discurso, já se encontra todo o material de que se irá servir, de 76 a 82, na luta contra o ultramontanismo, pela liberdade religiosa e pela renovação do ensino entre nós. Já aí se encontram o sentimento místico da sua crença e o tom profético do que anuncia à maneira bíblica. Cabe à Providência coroar, “com o suspirado êxito”, os esforços da ciência e da civilização do século XIX. Deus é o “árbitro do porvir”, e a mocidade compreende “o magnífico destino que ao Brasil está reservado nos arcanos do Senhor”. E, afirmativo: “O homem não o criou Deus para a imobilidade, para a inércia, nativas à matéria, senão para a vida, para o movimento, para o progresso. A lenda de Aasvero é a vida da humanidade.”⁵

Quando viajou para Pernambuco, em princípios de 1866, recomendado ao Frei Antônio do Patrocínio Araújo, do Mosteiro de S. Bento, em Olinda, lá permanece feliz por dois meses, chegando, segundo alguns biógrafos, a pensar em ingressar na car-

reira eclesiástica. Matricula-se, porém, na Faculdade de Direito do Recife, onde cursa, em completa timidez, os dois primeiros anos. Nos discursos e escritos de 1868 a 1870, quando estudante em São Paulo, numerosas são as invocações a Deus e a Cristo. Saudando José Bonifácio a 13 de agosto de 1868, espera do cristianismo “a regeneração moral da humanidade” e que a Providência, “levantando a mão cheia de bênçãos”, possa salvar as sociedades da dissolução iminente, como a brasileira.⁶

Quatro ou cinco anos passados da formatura ginasial, em discurso feito numa sociedade estudantil, que Viana Filho supõe tenha sido a célebre *Bur-chenschaft*, fundada pelo alemão Júlio Frank, evocava Rui a memória de sua mãe num transbordamento de amor filial e de frêmito religioso: “A imagem querida de minha Mãe desapareceu um dia de cima da terra sem que eu pudesse abraçá-la ao partir, sem que eu tivesse a amarga ventura de fechar-lhe os olhos, nem colher-lhe dos lábios as últimas pérolas de sua alma. Então, achei os livros mudos, a razão muda, e a filosofia estéril. Chorei e abracei-me à cruz. Foi a fé que me salvou. Hoje a recordação daquele grande espírito dorme no seio de minha alma embalsamada pelo amor e pela saudade.”⁷

Num longo poema, *A Humanidade*, de 1868, endereça Rui uma súplica da espécie humana a Deus em termos de desespero: “Senhor, Senhor, mostrai-me o vosso rosto!/ Valei-me neste anseio que me

afoga!” Em resposta, diz-lhe Deus: “A ciência é uma grande conjectura,/ a utopia um lampejo da verdade/ que eu acendo nos crânios inspirados.” (...) “O progresso é a idéia soberana;/ O impulso que arrebatava a humanidade,/ o pendor do destino irresistível...”

E no fim do poema, cuja temática já antecipa *O Papa e o Concílio*, de 1877: “A cruz, símbolo puro da verdade,/ emblema da vitória imorredoura,/ troféu sincero que o universo assombra,/ gérmen da liberdade sacrossanta,/ a cruz serviu de abrigo à violência,/ à tirania, à guerra, ao extermínio./ Quiseram conspurcá-la nas infâmias,/ manchar-lhe a candidez na ignomínia,/ mas eu fulminarei a hipocrisia,/ engolfando-a no eterno vilipêndio.../ Exultai que o futuro vos acena/ brilhante, imenso, límpido, risonho!”⁸

Em manifesto de jornal acadêmico, datado de 12 de abril de 1869, torna a invocar o nome do Senhor e faz seu o programa do *Radical*, como sempre em tom místico e profético: “O *Radical Paulistano*, bem como o partido, que ele representa, surgiu das necessidades da pátria, tem como divisa o seu programa, e caminha sem temor para a democracia, futuro nobre que o supremo Criador das cousas e dos homens lhe aponta na imensidade do universo.” E conclui: “A nossa santa causa é a de Deus e a da pátria; a vitória portanto nos pertence, e a glória do Brasil coroará todos os nossos esforços.”⁹

Este escrito de Rui é a mais nítida concepção providencialista ou cristã da história, à maneira de Santo Agostinho ou de Bossuet.¹⁰ Nos manifestos subsequentes alude-se “ao exterminador implacável suscitado pelo Onipotente, (...)”. Em outro passo: “Hipócritas relapsos e incorrigíveis, haveis de ser os novos herdeiros da maldição indelével com que o Cristo fulminou os fariseus de todos os tempos!” Em manifesto diverso dá como “inevitável a justiça divina” e refere-se “à sanção eterna com que a Providência fulmina aquilo que os homens reverenciam mais neste mundo — a memória dos finados”.¹¹

A 25 de junho aparece no *Radical* um artigo com o título *A emancipação progride*. O providencialismo lá está: “Quando a seiva do espírito público entra a derramar-se no gérmen de uma reforma, é porque a Providência já a abençoou.” Nessa luta, entre “a antiguidade de um abuso arraigado nas instituições e a santidade de uma idéia venerável, ungida pelo prestígio da verdade eterna”, tudo é conquista e caminha neste último sentido. E isso “é a história da emancipação da escravatura entre nós”. E todos os esforços para isso devem ser saudados “em nome do evangelho que é a grande constituição dos povos livres!... em nome de Deus!...”¹²

Ao formar-se, faz gravar numa das faces do estojo de prata do seu diploma, no qual se imprimia o selo da Faculdade: “A minha Mãe. *Sub umbra alarum tuarum*.” No mesmo dia oferece ao pai o livro, de Browson, *La République Américaine*, com

a seguinte dedicatória: “A meu Pai, mesquinho, mas singelo penhor da mais profunda gratidão filial. No dia do meu grau, 28 de outubro de 1870.” O grupo doméstico, seu ninho de afeto, de crenças e de idéias, que tanto o marcara, estava presente na grande data da sua vida.

4. A 22 de maio de 1873 Rui é nomeado para o Conservatório Dramático, do qual alcançou a presidência dois anos mais tarde. Em 1875 surgirá e só fará crescer a reputação de ímpio e de irreligioso, para não dizer ateu, de Rui. Feito à semelhança e imagem do pai, a quem idolatrava, Rui herdou-lhe as mesmas crenças religiosas, oriundas diretamente do Evangelho e das lutas da Igreja primitiva, revestidas de pureza, de sinceridade e de desprendimento. Em nome da liberdade religiosa, em nome do seu credo liberal, levantara a bandeira, desde os bancos universitários, da separação da Igreja do Estado, com igual liberdade para todas as crenças. Nenhum mal lhe parecia tão nocivo para a verdadeira crença como a censura e a proibição de qualquer culto. As crenças e as idéias deveriam ser livremente pregadas e admitidas, desde que respeitadas todas elas em suas manifestações.

João Barbosa, pai de Rui, deixara pronta e acabada a tradução do livro *A Imaculada Conceição*, de autoria de Edouard Laboulaye, grande liberal francês, seguidor e pregador da mais absoluta liberdade religiosa, cujo livro *O Partido Liberal, seu*

programa e futuro, traduzido por Um Cidadão Maranhense, já circulava entre nós, editado em S. Luís, desde 1867. Rui faz publicar o livro, no qual se nega o dogma da Virgem Maria, definido por Pio IX em 1854. Atacado pelos ultramontanos, declara Rui que, ao morrer, recebera o seu pai os sacramentos da Igreja, porque sempre se teve como católico, “professava todos os artigos do antigo credo católico. Mas quanto aos dogmas, proclamados neste século, quanto ao dogma de 1854 e o dogma de 1870, esses a consciência rejeitava inflexivelmente”.

E nesta mesma ordem de idéias justificava a publicação do texto deixado por João Barbosa: “Mal procederia eu, sim, se por um pusilânime receio, não houvesse respeitado ao mais extremoso pai o cumprimento de um propósito que a surpresa da morte lhe atalhou.”

“O catolicismo de meu pai”, prossegue, “era o *velho catolicismo* de Döllinger.” (. . .) “Execrava o ultramontanismo como a um inimigo público. O *Syllabus* era a seus olhos a Carta de uma teocracia abominável.” (. . .) “Bem vêem, por conseguinte, os mercadores de escândalos que não é pela bitola deles que eu havia de julgar os últimos pensamentos de meu pai, daquele alto espírito de têmpera diamantina, que nem a hipocrisia poluiu nem a covardia dobrou nunca.”¹³

Nesse mesmo ano de 75, ainda teria pela frente outra tempestade, jogados contra ele todos os apoios dos adversários políticos e dos representantes

da Igreja dominante. Era, sem dúvida, um homem marcado, embora puro e firme na sua fé cristã. Como presidente do Conservatório Dramático, protesta junto ao Presidente da Província contra a proibição de ser levado em cena o drama *Os Lazaristas*, de autoria de A. Ennes. A proibição partira das autoridades eclesiásticas, segundo Rui, constitucionalmente incompetentes. A peça havia sido representada por muito tempo nas cidade de Lisboa e de Braga, esta última “núcleo da propaganda clerical”. Nada foi encontrado, diz, que ferisse a fé e os sentimentos verdadeiramente cristãos, dentro de uma “sociedade moderna, livre, progressista e religiosa”. Vinte e um anos mais tarde, dirá Rui que “foi por ser um espírito religioso” que autorizou a encenação do drama e que, por isso mesmo, levantou contra si “as iras da ortodoxia oficial”.¹⁴

De par com essas acusações de irreligiosidade, ademais tinha Rui contra ele a sua constante pregação a favor da extinção da escravatura. A 15 de agosto, ainda de 1875, falando às senhoras baianas, pela emancipação dos escravos, é exatamente em nome de Deus e do Evangelho que ele defende a causa da abolição “dessa enorme e secular desgraça do cativo”. E em tom patético: “Leitoras, no meio do campo luxuriante, vede a senzala nua e esborcada. Sob esses tetos há um mundo, que vegeta, como a planta vive; entes que têm paixões, filhos, enfermidades, agonia e morte, bem que não conheçam pátria, nem noivado, nem lar, nem olhos choro-

sos sobre o túmulo. Um e outro, o vegetal e o escravo, elaboram-nos o pão; um e outro consomem-se por nós: de um e outro somos os soberanos. Todavia, nem num, nem noutro, podemos, podeis, empregar o nosso, o vosso amor. Porque o amor é a identificação, a unidade; e entre eles e nós há o abismo do espírito, da liberdade que lhes falta. Notareis apenas que, no reino silencioso das plantas, consentiu o Onipotente os efeitos prismáticos da luz, a folhagem viridente, a flor de cores festivas, os pomos de oiro. A multidão cativa, porém, traz nas carnes inviolável luto. Dir-se-ia o manto imóvel de um féretro sem ouropéis. Féretro de um povo. Sabeis a narrativa evangélica de Lázaro a Jesus. Pela caridade, pela origem comum, pelo comum destino, sois, como Maria, irmãs dos que em vida aí jazem na sepultura da escravidão.”

O tom místico está presente em cada linha do discurso desse jovem de 25 anos, invocada sempre a Providência, em exprobração “dessa desventura incomparável, que tem devorado gerações inteiras, desse milenário crime, que desumaniza toda uma família de irmãos nossos, desse como estigma de Caim gravado até hoje nas espáduas deste grandioso país”.

E depois, dando bem a sua imagem de Deus, que se contrastava com a concepção de uma divindade cruel e punidora, surda às preces dos pobres humanos, porém justa: “Diante de Deus, sim, prostre-se o pecador, e ore; porque, se é bom, é também se-

vero; é pai, mas há de ser sentenciador; é a misericórdia, mas é, ao mesmo tempo, a justiça.”¹⁵

Ateu e irreligioso quem assim fala de público, abertamente? Nunca, mas a sua reputação caminhava numa só direção, sustentada e incentivada pelos conservadores e pelas autoridades eclesiásticas da Igreja oficial.

5. A 21 de julho de 1876, já na Corte, Rui profere uma conferência na sede do Grande Oriente Unido do Brasil, no Vale dos Beneditinos, sobre o seu tema predileto, *A Igreja e o Estado*. Como sempre, combate o ultramontanismo e em nome de Deus, de Cristo, do Evangelho e da caridade, levanta-se contra a teocracia que se quer instalar no mundo e no Brasil. Como sempre, desde os bancos escolares, é em nome da sua concepção liberal da vida que defende a liberdade religiosa, com a separação da Igreja do Estado, com a Igreja livre no Estado livre, pois as suas crenças — de um cristianismo puro, limpo, de coração, desinteressado do poder temporal — permanecem intocadas, trazidas do berço. Invoca “os áureos tempos dos primeiros séculos do catolicismo, quando o sopro da liberdade, o hálito de Cristo, não era ainda amortecido e extinto”.

Numerosas são as vezes em que vem invocado o nome de Deus, do Criador, da Providência, de Cristo. E isso numa conferência feita no recinto da maçonaria! Ninguém com a religiosidade mais en-

cravada na alma do que Rui, invocando em termos bíblicos o julgamento do Senhor. Refere-se à cruz do Calvário, na qual expirou Cristo, “com dous braços de maternal amor estendidos para a humanidade inteira; com uma sombra só para todos os bons, creiam ou duvidem, lutem ou desfaleçam, contemplem ou indaguem, triunfem ou despenhem-se”.¹⁶

Nesse mesmo ano de 76 lançava-se Rui no que seria o seu maior empreendimento em prol da liberdade religiosa. Traduz e escreve a Introdução de *O Papa e o Concílio*, de Janus (pseudônimo de Döllinger e um grupo de teólogos alemães), considerado pelas autoridades eclesiásticas o “libelo infame”. A impressão da obra fica pronta em maio de 1877. Rui embarca para a Bahia a 14 de novembro e antecipa o seu casamento para 23 do mesmo mês, por vários motivos, inclusive, segundo seus biógrafos, pelo receio de não receber a bênção da Igreja.

Foi imenso o impacto do aparecimento de *O Papa e o Concílio*, obra maior, no texto traduzido ou na introdução, no combate ao Syllabus de Pio IX, aos seus dogmas e à política temporal que daí advinha. Lembra Rui que defendera no *Diário da Bahia* a absolvição dos bispos quando da chamada questão religiosa. Não era ímpio nem ateu, muito pelo contrário. Era em nome do que lhe parecia ser o verdadeiro cristianismo que atacava um cristianismo cada vez mais confundido com os poderes temporais, comprometido e dogmático. Lê-se na Introdução:

“Toda religião associada ao governo das cousas da terra é uma religião morta; o espírito não vive mais nela. Quer o sacerdócio seja o detentor do poder secular, como na metrópole papal até 1870; quer consorciada ao Estado, receba dele a Igreja subsistência, privilégios e força; o resultado é sempre a imolação da doutrina ao interesse político.” (...) “A história dos dezoito séculos cristãos é uma longa demonstração do maléfico efeito da proteção do Estado sobre o cristianismo. O pacto de aliança entre a soberania e o altar é, foi, e há de ser sempre, pela força das cousas, um pacto de mútua e alternativa servidão. A religião, apoiada no monopólio civil, não pode senão adular-se, enfraquecer-se, decair. Têm os católicos liberais invocado esta verdade em relação ao catolicismo, como argumento decisivo da sua superioridade e origem divina. Não vemos, porém, que ela se aplique exclusivamente ao culto romano. Todas as confissões abrangidas no grêmio do evangelho apresentam a mesma condição: em todas o contato do poder é um contato de morte.” (...) “O que hoje, pois, não tolera dúvida sensata é que os interesses temporais invadiram até à medula a igreja romana, e que a jerarquia católica, ao presente, constitui uma vasta associação política, amolgada por uma disciplina ultramilitar e por uma organização maravilhosa a um absolutismo ferrenho. O dogma converteu-se em meio de governo, perdendo assim aquela majestosa invariabilidade, que era o sinal da sua origem divina.”

E à maneira de Dostoievski, em *O Grande Inquisidor*: “A dobrez é a característica essencial da política ultramontana, política em cujo seio a religião de Cristo soçobrou e desapareceu, deixando apenas à superfície, e, ainda assim, sacrilegamente adulteradas, as feições ostensivas, o vocabulário, as fórmulas e o rito.” (...) “Tudo quanto, no catolicismo, era puro, divino, singelamente sublime; tudo quanto propendia a estabelecer essa união interior do homem com Deus, que é a essência do culto cristão, obliterou-se, ou proscreeveu-se. O que ficou é uma simbólica sem alma e sem verdade, pasto à credulidade supersticiosa das classes ignorantes e manto ao ceticismo dissimulado e calculista da minoria ilustrada.” (...) “Todas as seduções cativadoras dos sentidos se combinam, e requintam, e barateiam, para converter a religião, de uma homenagem espontânea e imaterial do espírito a Deus, numa festa inextinguível, ruidosa, embriagante, incompatível com a comunicação recôndita e silenciosa das almas com o Criador.”

Daí a necessidade da separação da Igreja do Estado, livres ambos, cada qual na sua esfera de influência, sem predomínio ou controle de um sobre o outro. O progresso e a liberdade não são incompatíveis com a religião, antes se completam, sendo reciprocamente indispensáveis. No regime brasileiro, “temos dous governos dentro do Estado, um leigo, outro clerical; e o Estado fica, em muitos casos, indefenso”. (...) “O sistema que privilegia uma reli-

gião positiva, conferindo-lhe sobre os outros cultos uma superioridade legal, é uma injustiça contra o indivíduo e um embaraço ao governo da sociedade leiga." Inexiste, pois, liberdade religiosa no Brasil, com o clero assalariado, com a proscricção dos acatólicos e do direito à sepultura cristã.

Sem a separação, desaparece a liberdade, e acrescenta Rui: "A liberdade anda às vezes na boca dos ultramontanos, mas é profanada e mentida sempre. No vocabulário deles esse nome sagrado não é, como é para nós, o direito, a igualdade recíproca, o princípio individualista; é, sim, o apanágio, o privilégio, o monopólio. É a franquia ilimitada aos excessos do seu proselitismo e da sua jerarquia, e a compressão ferrenha de todas as dissidências heterodoxas: licença para a igreja papal, servidão para todas as demais escolas, todas as demais opiniões."

Mais um trecho significativo: "Em toda a parte, até hoje, tem sido o sentimento religioso a inspiração, a substância, ou o cimento das instituições livres, onde quer que elas duram, enraízam-se, e florescem. Mas esse princípio vital das nacionalidades modernas, longe de lucrar, é incompatível com as religiões de Estado. Buscai-o nos povos que não conhecem a liberdade religiosa, e buscá-lo-eis em vão. Dele aí o que existe é a pompa, os abusos, e o nome; na verdade, porém, está morto. Percorrei toda a Europa neolatina; contemplai toda a América espanhola; estudai o Brasil; e da piedade cristã não achareis nada. Por toda essa área imensa o joio do

fanatismo, de beataria, de farisaísmo religioso. A verdadeira piedade, a flor celeste da caridade cristã, definhou, perdeu-se, no meio da semente maldita."

Entre nós, "a plebe é ignorante e crendeira; as outras classes, indiferentes ou incrédulas. Entrai numa casa de oração. Lá está o luxo, a adoração mecânica, a devoção sensual: profundo recolhimento da alma diante do Deus vivo, não. Observem os assistentes: distinguirão perfeitamente o curioso, o distraído, o conversador, o peralta, o beato, o observador correto das conveniências sociais; mas o fiel, absorto, alheio ao mundo exterior; mas, como nas catedrais americanas, essas assembléias ferventes, aniquiladas na prece, por onde apenas perpassa o murmúrio da emoção íntima, como o balbuciar misterioso do abismo invisível no oceano contemplativamente imóvel e silencioso — isso é que embalde buscareis".

E, mais uma vez, em idéias e imagens, bem próximo de *O Grande Inquisidor*: "A igreja, que, segundo o jesuitismo, não se pode contentar com as consciências, nem renunciar ao governo efetivo das sociedades, perfeitamente sabe, todavia, que possuir a consciência é possuir o homem, as sociedades, os Estados." (...) "Tiago assegurava que a boa nova é "a lei perfeita da liberdade." Paulo, que "no seio da liberdade o Evangelho constituiu todos os homens irmãos". Esta a doutrina de Jesus; e, entretanto, a teologia da cúria professa que "a liberdade de consciência, a maior, a mais substancial de todas,

condição, origem, matéria e fim de todas as demais, é incompatível com o caráter cristão”.

São de grande beleza as duas páginas finais da introdução de Rui, com numerosas citações dos Evangelhos (Paulo e João), fazendo o contraste entre o catolicismo do seu tempo e o verdadeiro espírito cristão. A religião autêntica é a do “homem novo”, de Paulo, “renascido sob a cruz; do espírito, que vivifica, e não da letra, que mata; da comunicação interior entre o coração e Deus; da caridade e brandura para com todos os homens; religião de luz, que se alimenta de luz, e que na luz se desenvolve; religião cujo pontífice é o Cristo; religião de igualdade, fraternidade, justiça e paz; religião em cujas entranhas formou-se a civilização moderna, em cujos seios sugou o leite de suas liberdades e de suas instituições, e a cuja sombra amadurecerá e frutificará a sua virilidade; religião de tudo quanto o ultramontanismo nega, amaldiçoa e inferna”.¹⁷

Eis aí o violento ímpio, o irreligioso e o ateu irrecuperável! Talvez que no Brasil jamais se tenham escrito páginas de tamanha religiosidade, de tão intenso sentimento místico, de comunhão direta com Deus, de entrega do coração à maneira da filosofia existencial cristã, desde Santo Agostinho, como estas de Rui Barbosa em *O Papa e o Concílio*. A sua veemência no ataque decorria exatamente da veemência interna das crenças que recebera dos seus pais nos primeiros anos de vida. Continuava intacta e mais firme do que nunca a crença católica de Rui, mas

essa que recebera do berço, nas primeiras leituras, nas práticas religiosas e nos exemplos de todos os dias.

6. Ao longo de sua existência voltaria Rui a esses temas e a essa fase tão tumultuosa da sua vida. Em verdade, jamais fora ateu. Logo após o casamento (1876), advertira suavemente a esposa de que, à hora de deitar-se, deveria rezar de joelhos, prostrada diante de Deus. Como um grande místico que era, viveu intensamente a angústia do verdadeiro crente, sempre exigindo de si próprio o rigor e a postura de um cristão. Mais de uma vez sentiu-se fraquear na sua fé, como confessou, mas sem nunca a haver perdido. Em 1903 dirá Rui: “Desde 1876 que escrevia e pregava contra o consórcio da Igreja com o Estado; mas nunca o fiz em nome da irreligião; sempre em nome da liberdade. Ora, liberdade e religião são sócias, não inimigas. Não há religião sem liberdade. Não há liberdade sem religião.”¹⁸

E Rui tinha razão. Quando do decreto da separação da Igreja do Estado, de sua autoria, de 7 de janeiro de 1890, logo depois veio à luz a *Pastoral Coletiva* do episcopado brasileiro, de 19 de março seguinte, assinada por todos os bispos da época. Sobre o acontecimento de 15 de novembro lêem-se estas palavras: “Acabamos de assistir a um espetáculo que espantou o universo; a um destes acontecimentos pelos quais o Altíssimo dá, quando lhe apraz, terríveis lições aos povos e aos reis. Acaba-

mos de ver um trono de repente desabar no abismo que lhe cavaram em poucos anos princípios dissolventes medrados à sua sombra.”

E sobre o Decreto, propriamente dito: “Se no decreto há cláusulas que podem facilmente abrir a porta a restrições odiosas desta liberdade (a eclesiástica), é preciso reconhecer que, tal qual está redigido, o decreto assegura à Igreja Católica no Brasil uma certa soma de liberdade que ela jamais logrou no tempo da monarquia.”

A *Pastoral* aplaudia a extinção do padroado, libertando a Igreja de uma proteção que, na realidade, a abafava. Segundo o Padre Júlio Maria, cuja exposição vamos seguindo neste passo, a *Pastoral* analisa um por um os artigos do decreto de 7 de janeiro de 1890, entendendo que todos foram convenientes à Igreja: o 1º, porque liberta a ação episcopal e paroquial dos pastores da Igreja da antiga tutela do poder executivo, que não mais, como outrora, governará a Igreja, em nome do padroado e da maçonaria; o 2º, porque garante aos católicos o direito de não serem interrompidos ou perturbados em suas funções religiosas; o 3º, porque garante a ação social da Igreja, não limitando sua liberdade somente à esfera individual; o 4º, porque devolve o direito de apresentação de bispos, cônegos, vigários e outros funcionários eclesiásticos, de criar ou dividir paróquias e dioceses, com fixação ou modificação de seus respectivos limites, de publicar no país bulas, breves, decisões dos concílios ou do soberano pon-

tífice, às legítimas autoridades, revogando a *opressiva legislação do antigo Estado realista, pombalino, josefista*; o 5º, porque garante à Igreja Católica e seus institutos a plenitude do direito de propriedade.

Comenta o Padre Júlio Maria: “Com efeito, o novo regime era incontestavelmente a liberdade restituída à Igreja brasileira depois de sua longa e triste escravidão. Era o termo dessa aparente e falsa união com que durante longos anos foram sacrificados os interesses religiosos do país. Era a realização de uma ardente aspiração de católicos puros e fervorosos.” (...) “Entretanto, uma grande parte do clero, a quase totalidade, agarrada aos *privilégios* e aos *subsídios*, contemporizava com a escravidão, não querendo ouvir a voz que lhe dizia: ‘Se quereis a reforma da Igreja brasileira, dai o passo decisivo: renunciái a essas tristes migalhas que vos abandonam para não morrerdes de fome; invocai a generosidade dos católicos do país, quando não quiserdes reclamar o próprio direito da Igreja’ (Cândido Mendes). O clero, porém, tinha perdido na sujeição os hábitos da atividade e do trabalho; preferia receber do Estado os seus salários.”

A escravidão só terminou, ainda Júlio Maria, com o decreto de 7 de janeiro de 1890. Na verdade, vários foram os fatores que, “durante um longo período de sessenta e sete anos, entorpeceu o sentimento católico e obliterou mesmo o senso religioso em tantas gerações brasileiras”.¹⁹

Em discurso de 1893, justificando e explicando o ato legislativo de 1890, dirá Rui quase a mesma coisa, com as mesmas palavras, sempre fiel à sua religiosidade: “Eis o que o catolicismo brasileiro deve ao regime passado: um pelejar de controvérsias insolúveis entre o episcopado e a coroa sobre os direitos do padroado e, ao cabo, a sanção violenta das temporalidades, enfeixadas na mão de César, respondendo com as cominações brutais da força aos anátemas inermes dos príncipes da Igreja. Fossem quais fossem os deveres legais desta perante a constituição nacional, a que ela se submete, aceitando-lhe os proventos, o certo é que essa constituição estabelecida para a fé, um sistema opressivo e corruptor, de humilhações e revoltas, de abdições e reações alternativas, uma transação permanente de interesses mundanos, a prevaricação ostensiva perante o Evangelho. Era o império de Constantino na América e no século dezenove: a Igreja honrada com as pompas do consórcio oficial, mas aniquilada em sua independência sob o jugo do regalismo. Em troca do privilégio de vestir os seus templos à custa do orçamento, ela sacrificaria o direito de falar às suas ovelhas sem o *prazme* do rei.” (. . .) “Aí está o que o Império exprimia na esfera espiritual: a servidão do altar.”

A República, pelo contrário — prossegue Rui —, entregou à Igreja o foro de liberdade, “confiando a religião ao fervor dos fiéis, desagrilhoando os cultos da preeminência maculosa do Estado”. A Repú-

blica “ditou a redenção da consciência religiosa no Brasil”.²⁰

Bem mais tarde, virá Baptista Pereira, genro de Rui, católico fervoroso, a afirmar com justa razão: “A história do catolicismo no Brasil, durante o regime imperial, é a do seu deperecimento, do seu divórcio da consciência popular.” Outra não foi a acusação de Rui naqueles anos de 76 e 77, vendo crescer as prerrogativas temporais e materiais do clero, em prejuízo da sua verdadeira missão espiritual e cristã, propriamente dita.²¹

Prefaciando o livro do Padre Júlio Maria, afirma Alceu Amoroso Lima que “o *Syllabus* não fora, como os extremados e certos ‘ultramontanos’ o pensaram, uma volta da Igreja ao medievalismo ou à teocracia (que ela sempre refugou, no sentido da absorção do poder civil pelo religioso)”. Só na aparência, diz Alceu, parecia que o pontificado de Pio IX tinha querido cortar as relações da Igreja com o século.²² Mas era exatamente contra essa interpretação ultramontana, retrógrada, que se levantava Rui, em nome da liberdade conquistada a duras penas pelo seu século. Sem que Alceu a cite, nem a ela se refira, em defesa de suas afirmativas, assim dispõe a proposição 15, do Título III, do *Syllabus*, de 8 de dezembro de 1864: “Todo homem é livre de abraçar e professar a religião que, à luz da razão, tenha julgado verdadeira.” Ora, outra coisa não queria Rui, como não o quis pelo resto da vida. Mas

a maioria do clero, cá da terra, à época, não pensava assim.

7. Não há necessidade de acompanhar Rui em todos os momentos futuros nos quais a sua religiosidade se manifesta nem dos apelos e referências que faz a Deus, pois são constantes em quase todos os discursos e escritos seus. Sempre “o horizonte do mistério eterno lhe (me) reaparecia como o vira no coração dos seus (meus) pais”. Deus era o valor supremo para o qual se orientavam todas as manifestações da atividade humana — “devemos esperá-lo de Deus, que fez a humanidade para as suas leis e não para os caprichos dos maus”. Ele, e só ele, é o fundamento da justiça: “Os direitos originários foram criados por Deus, constituem a substância dos entes racionais: estão portanto acima da lei, do poder e até da soberania nacional.”²³

Em conferência de 26 de maio de 1897, na Bahia, voltava a escrever: “O Evangelho deu a mais simples, a mais breve, a mais completa *declaração dos direitos do homem*, dizendo: ‘Não façam a outrem o que não quiseres que te façam.’ Esse catálogo de liberdade, que antes da revolução francesa já perfulga nos *bills de direitos* e no direito consuetudinário dos ingleses, tem a sua verdadeira origem na palavra de Cristo, o libertador.”²⁴

No discurso, já referido, na Faculdade de Direito, nos últimos tempos do seu curso, sobre a Fé, a Esperança e a Caridade, faz Rui uma sentida e tocante

invocação a Deus, bem dentro do profundo tom místico que lhe marcava a natureza. Trechos: “Nós somos diante de ti como a poeira que o vento dissipa e que os aguaceiros acalmam. Tu és a torrente do céu e o tufão dos descampados. Mas o pó dissipasse, acalma-se, porém não se desfaz, não se aniquila. O homem também não perece, porque tem a alma que lhe deste, mas que não podes extinguir, porque a fizeste imorredoura.” (...) “Senhor, tu casaste perpetuamente o apostolado com o martírio. Não contes, pois, os nossos dias; não peses os nossos sofrimentos; não receies a nossa fraqueza.” (...) “Aquele manto alvíssimo que lhe pende para o chão representa o amor. Para o miserável a choupana; para o mendigo a esmola; para o ignorante o ensino; para o desvalido o apoio; para todos a caridade.” (...) “Senhor, tu és admirável, tu és sublime, tu és indefinível, porque tu és a fé, a esperança e a caridade.” (...) “Pois bem! por que é que o evangelho tem conquistado o mundo? É porque cabe em todas as capacidades; acomoda-se a todas as índoles; concilia todos os sistemas; é porque o evangelho consiste em três palavras: fé, esperança e caridade.”²⁵

Não se pense, porém, que este seja o estado místico de um jovem de 20 anos de idade, pois vinte e sete anos mais tarde, em 1897, diante do traumatismo que se abateu sobre a nação, depois do atentado contra o Presidente Prudente de Moraes, no qual morreu o seu Ministro da Guerra, o corajoso

e leal Marechal Carlos Machado de Bittencourt, não vacila Rui em fazer uma longa e emocionada invocação a Deus, em pleno Senado, para que salvasse o país, cujos dois primeiros parágrafos são do seguinte teor: “Senhor, estendei sobre a nossa amarga miséria um raio da vossa misericórdia; agitai em nossas almas o sopro da vossa força.” (...) “Sondai, até o fundo, onde só os vossos olhos penetram, a índole deste povo, e nele encontrareis os princípios benditos da abnegação e da fé, da piedade e da justiça.” (...) “Cessou, Senhor, a hora da política humana, e principiou a da vossa: escutai-nos, Senhor!”

Confessa, no mesmo discurso, a sua humildade diante de Deus — “amigo dos mansos e dos justos, pai comum de todos os homens” — e sabe também que é “um daqueles que mais profunda têm a consciência das suas culpas e o sentimento do seu nada”. E, mais uma vez: “Vendo florescer na América do Norte a liberdade política sob as asas da liberdade religiosa, o que nós quisemos, Senhor, separando a Igreja do Estado, foi aproximar de vós a sociedade e a Igreja, substituir a religião política pela religião viva.”²⁶

Esta mesma idéia aparece várias vezes nos escritos de Rui como uma das constantes do seu espírito. Em discurso de 1893, repisa a sua concepção de 1877: “Um povo cuja fé se petrificou é um povo cuja liberdade se perdeu.” E, em linguagem mística, interiorizadora: “Quis o crucificado que a sua lei

se gravasse na mente e no coração dos homens” (S. Paulo). Mais: “Queria o Cristo que o espírito passasse tudo à luz da inspiração interior, para aceitar o bem, e recusar o mal.”²⁷

Numerosos são os textos messiânicos, proféticos, em estilo bíblico, de advertência e de ameaça de castigo, encontrados nos escritos e nos discursos de Rui. Em 1874 ameaçava o Império com a “noite de assolação com que Deus puniu outrora aquele outro povo culpado”... “então levantar-se-á neste país um clamor que há de subir muito acima do trono, e que Deus há de ouvir.” (...) “Deus inspire e ajude o governo do meu país a sair-se bem no dia da conta.”²⁸

Em 1885: “Uma ordem social, sob cujo influxo tais catástrofes morais se consumam, e corream, dir-se-ia um mundo apagado, que garrou da órbita das leis eternas, e se precipita sinistramente para um ocaso misterioso.” Em discurso de 1892, exclamava em plena conferência: “Sente-se aqui a solenidade dos grandes cultos, a impressão das catedrais enoi-tecidas pelos séculos, a elevação interior para o infinito. Façamos desta sessão, pois, um ato de aliança pela República, em presença daquele Deus que nossas famílias exoravam pelos escravos, o Deus que enlaça e não divide os homens. Encerremos esta celebração com um voto fervoroso e uma deliberação irretratável pela consolidação pacífica da liberdade republicana. E que essa deliberação e esse voto se

elevem de nós com o recolhimento e a eficácia de uma prece.”²⁹

Em artigo de 14 de março de 1900, protesta contra a violência das autoridades em detrimento de pessoas indefesas, como o atentado de que foi vítima, em sua casa, Andrade Figueira. Denuncia a mortandade de Canudos, antes de aparecer *Os Sertões*, de Euclides: “Viu-se, pouco mais tarde, nos sertões da Bahia, sobre os restos do fanatismo aniquilado pela degola, pelo petróleo, pela trucidação de mulheres e crianças.” (...) “O morticínio de Canudos foi a embriaguez de um triunfo militar sem freios divinos, ou humanos.” E exclama então, biblicamente: “Misericórdia, Senhor, que nos abandonaste! Nada nos ficou da tua lei, nem de tua imagem. Perdemos todos os sentimentos humanos, desde o patriotismo até à piedade, desde o respeito do próximo até ao de nós mesmos, desde a consciência até à vergonha. Todas as noções da ordem, da solidariedade, do cristianismo se apagaram. Labutamos na cratera de um inferno.”³⁰

Sempre pelo primado da religião, Rui não negava nem menosprezava o papel da ciência e da filosofia na vida humana, mas as julgava insuficientes diante da explicação definitiva do mistério da vida. Jamais se enamorou das filosofias abstratas e generalizadas, afastadas do drama humano e do dia-a-dia. Alguns trechos significativos: “Mais longe estava Cristo da impureza do que os filósofos estão perto da razão. E, todavia, Cristo não se pejava de falar,

nas ruas, com a Madalena. Esta simples lição, oriunda de tão alto, vale mais, para o bem do gênero humano, do que as mais soberbas filosofias, estabelecendo, entre as divergências que alongam os homens uns dos outros na fé, nas ações, no destino individual, uma unidade suprema: a da santificação pela caridade.”

Mais adiante: “Não me acolhi entre as filosofias que fazem da ciência a grande negação. Percorri as filosofias; mas nenhuma me saciou: não encontrei o repouso em nenhuma. Pus a ciência acima de todas as coisas; mas não afirmei jamais que a ciência não possa abranger as coisas divinas. Nunca encarei a ciência como a sistematização do antagonismo com o espírito. Esse incognoscível, que não cabe nos laboratórios, não acreditei jamais que se distancie da ciência por incompatibilidades invencíveis, unicamente porque esta não sabe os meios de verificá-lo.” (...) “A mesma névoa que a princípio se adensara sobre as inquietações do crente, acaba por envolver o orgulho do sábio. A mesma dúvida que nos arrastara das tribulações da fé ao exclusivismo científico, pode reconduzir-nos do radicalismo científico à placidez da fé.”³¹

No célebre discurso do Colégio Anchieta, de 1903, há um trecho exemplar. Depois de fazer o elogio dos progressos científicos, das façanhas mais recentes da ciência em todos os terrenos, conclui: “Crescerá, porventura, a longevidade humana. Eis aí. A ciência não entrevê mais, nem se obriga a

mais; porque a ciência não impostura. Ora bem. Terá ela, deste modo, satisfeito à consciência humana? Adoecer um pouco menos, viver um pouco mais — será esse o *desideratum*, que absorve as preocupações eternas da nossa espécie? E notai: apontando em nosso organismo elementos que classifica de imortais, anunciando a imortalidade fisiológica das células reprodutoras, e admitindo a imortalidade material em animais inferiores, não concorrerá ela mesma para alentar em nós o sentimento dessa outra imortalidade, superior e invisível, cujos vestígios se vão encontrando, sempre vivos, por toda a história da humanidade?" (...) "Não sei conceber o homem sem Deus." (...) "Deus é a necessidade das necessidades, Deus é a chave inevitável do Universo."³²

Toda a filosofia existencial de Rui reside nesta crença em Deus e na imortalidade da alma, sem o que o mundo e a vida não teriam uma finalidade válida, não valeriam a pena. Em adaptação que fez do ensaio de William Robertson Nicoll nos últimos anos do século, lê-se que é na crença ou na certeza da ressurreição de Cristo que reside toda a razão de ser da religião cristã: "As provas da ressurreição consistem na Igreja viva de Jesus Cristo. A vida da Igreja demonstra a vida do Salvador." (...) "A fé da ressurreição de Cristo fez da Igreja o que é hoje em dia." (...) "Se Cristo não ressurgiu, nada há que pregar e nada que crer. Se Cristo não ressurgiu,

não há vida futura. Se não há vida futura vã é a nossa fé, e toda a nossa prédica é vã. Somos, nesse caso, como disse o grande apóstolo, os mais miseráveis dos homens." (...) "Hora há, em que entra em nós até à angústia e o desespero o terror da irrevogabilidade dos triunfos da morte."³³

Num dos seus discursos mais célebres, o do seu jubileu político a 11 de agosto de 1918, há trechos de grande religiosidade mística, de profundo frêmito religioso de adoração a Deus: "Só no íntimo da alma vibram as vozes interiores. Mas, quando se começam a escutar as vozes interiores, Deus está presente." (...) "O pai de todos nós, que, pouco há, baixava ao meio de seus filhos, ainda não se ausentou dentre eles. A impressão da sua visita ainda palpita no ambiente. A sua imagem cresce nos raios solares, enchendo o espaço, o mundo, o infinito. Nenhuma grandeza criada lhe pode tomar a clareza. Não há lugar a panegíricos humanos. Onde ele se mostrou, onde surgiu, onde se percebe, não existe mais nada senão Ele, Ele o que só é grande, Ele o que só é sábio, Ele o que só é justo, Ele o que só é bom, Ele o que só é belo, Ele o que só é forte, Ele o que só é glorioso."³⁴

8. Mais do que meramente crente ou religioso, Rui foi um místico, pois sua atividade espiritual aspirou sempre a realizar a unidade da alma com a divindade pela meditação, pela devoção e pelo amor. "No ato místico, escreve Ferrater Mora, a alma par-

tipica da divindade, estabelecendo-se com ela uma "unidade de vida". No seu grande livro sobre as *Formas de Vida*, desenvolve Eduardo Spranger uma bela e exaustiva conceituação da religiosidade mística, nestas palavras: "À religião da afirmação absoluta da vida chamamos mística imanente, porque em todos os valores positivos da vida encontra germens do divino. O homem desta índole mental é, portanto, universalista, natureza fáustica de anelos infinitos que em tudo vê um *plus ultra*. Um enorme vôo vital, um cósmico entusiasmo o anima. Não há nenhum aspecto da vida em que não haja algo divino." (...) "Abraça com seu amor a todos os homens e tem um tributo de simpatia para todo o vivo."³⁵

Aí está Rui de corpo inteiro, sem deixar resto. O nosso querido e admirado Padre Penido que, pelo menos em dois livros, estudou os estados místicos, diz que a prece do místico "é por essência um diálogo" com Deus, numa união de amor. A ação vem de Deus e termina em Deus. Não se dá uma introversão nem uma extroversão, mas uma *deoversão*; dá-se uma unificação de toda a vida, da vida inteira, sob um princípio divino.³⁶

E isso foi Rui, num frêmito emocional de verdadeiro transportamento em direção a Deus. Viveu sempre nesse diálogo, num anseio constante de aperfeiçoamento e de comunhão total. Em carta a Alceu, de 22 de novembro de 1927, escrevia-lhe Jackson de Figueiredo: "Já lhe disse que V. se engana quando olha a fé como porto de repouso. Essa é a

concepção que se apresenta ao vulgar, a quem é capaz de repouso." Na aproximação da Verdade Suprema, do Fim Supremo — ainda resumo de Jackson —, há uma grande variedade de relações, súbitos descobrimentos, longas caminhadas, vôos, quedas, perpétua ansiedade.³⁷ E assim foi Rui intimamente até à morte, insatisfeito com a prática superficial e farisaica da religião, talvez convencido de que, às vezes, está mais próximo de Deus um ateu confesso, como o disse Dostoievski, do que um falso praticante de meras exterioridades do culto.

9. Rui nunca escondeu, pelo contrário, sempre revelou, a sua filiação ao pensamento de Santo Agostinho, separando bem a cidade de Deus da cidade terrena, o que é de Deus do que é de César. Elogia-o por haver rompido com o Papa, embora haja também, como ele, condenado a teologia pelagiana. Conclui Rui: "As personalidades pretensiosas de Inocêncio I e Zósimo (417/418) desapareceram diante do vulto apostólico de Agostinho, legítimo sucessor da autoridade oracular de Cipriano, Atanásio, Basílio e Ambrósio, na cristandade."

Em artigo de abril de 1889, torna Rui a render os maiores elogios ao bispo de Hipona: "O maior dos quatro grandes padres da Igreja latina, Santo Agostinho, cabeça mais profunda que a de Ambrósio, pai seu espiritual, mais original e sistemática do que a de Jerônimo, seu contemporâneo e correspondente, mais eminente em inteligência que a de

Gregório Magno, o derradeiro da série — Santo Agostinho, o autor da *Cidade de Deus*, o espírito que exerceu na Igreja cristã e no pensamento cristão a influência mais irrealizada.”³⁸

Seria impossível homenagem maior, o que denuncia desde logo a perfeita afinidade espiritual existente entre Rui e Agostinho. E Rui não exagerava, pois o autor das *Confissões* é considerado a própria patrística, “o primeiro filósofo cristão, o primeiro homem moderno e o primeiro europeu”, nas expressões de Ferrater Mora. Com ele é que começa propriamente o cristianismo como filosofia, como uma concepção inteiramente diversa da antiguidade grega. Enquanto para Platão as idéias são substantivas, a realidade autêntica e plena, sendo Deus simplesmente uma idéia mais, como ensina Angel Gonzalez Alvarez: “Para Santo Agostinho as idéias se fazem *adjetivas*; perdem sua substantividade real para existir como aderidas à mente divina; Deus aqui já é fundamento e raiz das idéias e por meio delas e de sua ação criadora base de todo o real. Nem o mundo ideal nem o mundo real são concebíveis sem Deus. Só Deus pode dar sentido ao mundo e à vida.”³⁹

Com exceção dos Evangelhos, propriamente ditos, talvez tenha sido Santo Agostinho quem, em ordem cronológica, haja exercido maior influência na formação religiosa de Rui. Praticamente coincidem em todos os pontos as suas doutrinas teológicas. Encontram-se na biblioteca da Casa de Rui duas edições

diferentes da *Cidade de Deus* e duas também diversas das *Confissões*. De ambas as obras há edições antigas, anteriores a *O Papa e o Concílio*. Da primeira há uma edição de 1655, abundantemente assinalada; e da segunda, uma edição em francês de 1872.⁴⁰ De grande beleza mística, valem destacadas, logo de início, às primeiras páginas, a invocação do nome de Deus, nas *Confissões*: “Tu nos fizeste para ti, meu Deus!” E mais: “Eu não existiria, meu Deus, eu não existiria de modo algum, se tu não estivesses em mim.”

De tradição neoplatônica, na busca da satisfação absoluta da alma, mas já inteiramente cristão, exclama Santo Agostinho, muito do agrado do nosso Rui: “Inquieto, ó Deus, está o nosso coração até repousar em Ti.” Por isso mesmo, o Deus de Santo Agostinho é um Deus vivo e pessoal, sentido, presente numa alma também viva e pessoal. Mas a sua filosofia existencial não é constituída somente de irracionalidade, já que na própria vida encontra-se igualmente a razão. A verdade de Deus é eterna e imutável, diz Santo Agostinho, como “a vida das vidas, vida por essência, vida da minha alma”. (. . .) “Tu estavas dentro de mim, no mais profundo e acima do mais alto do meu ser.” E, em outro capítulo: “Tu estavas dentro, eu fora, e eu te procurava fora.” O amor, em sua plenitude, é o caminho para o conhecimento e a revelação de Deus, e só ele dá felicidade.

Muito do agrado de Rui é “a genial idéia de Santo Agostinho” (Ferrater Mora) de separar a cidade terrena da cidade divina, dando assim, segundo uma incomparável justiça, o que deve caber a cada uma delas: a César e a Deus. Com a separação entre Deus e César dá-se a separação entre a religião e o Estado, ou, na ordem individual, entre o homem e o cidadão. Na luta entre as duas cidades, a de Deus e a terrena, vencerá a primeira, “pois o bem é imortal e a vitória será de Deus”, conclui Santo Agostinho, conclusão essa também de Rui em numerosos passos da sua obra.

“A filosofia da história de Santo Agostinho é uma teologia da história. E uma teologia — ainda Ferrater Mora — é sempre, até certo ponto, uma teodicéia, uma justiça de Deus e uma justificação desta justiça.” Outra não é a concepção da história de Rui, como vimos também em diversos passos. Como em Agostinho, foi sempre febril a sua busca da verdade, como lembra Truyol, aproximando Agostinho de Unamuno, espíritos que, como o de Rui, pensam “com o cérebro e com o sangue”. O homem que a graça do Cristo domina mais intensamente — tanto em Agostinho como em Rui — é também o mais livre: *libertas vera est Christo servire*.⁴¹

A piedade, a caridade e o amor são os pilares de toda a teologia de Santo Agostinho, cuja obra filosófica passava de longe todas as expressões anteriores do pensamento cristão, “e sua influência devia agir profundamente sobre os séculos que vieram

depois” (Gilson). Em obra monumental, afirma Alfaric que somente se pode compreender a obra de Santo Agostinho sob a condição de bem conhecê-lo a ele próprio, pois não é um puro dialético que dependa só da sua razão teórica. Pelo contrário, sua filosofia inspira-se em suas aspirações e em suas decepções, nos sentimentos e nas impressões múltiplas que se sucedem em sua alma. Seu pensamento, conclui, é como o reflexo móvel de sua vida interior.⁴²

O problema do homem está no centro da sua meditação, e é partindo de si mesmo, de dentro de si próprio, que o homem chega ao Ser primeiro e supremo. Nenhuma via poderá ser mais segura, e ainda que se possa enganar sobre algum ponto “isso mesmo prova que eu sou, que eu vivo e enfim que eu penso”. Este é o caminho que vinha desde o *nosce te ipsum* de Sócrates, dando mais segurança ao conhecimento de si mesmo do que das realidades existentes fora da própria existência. Se fracassamos no conhecimento das realidades alheias, *noli foras ire*, só podemos obter êxito no conhecimento de nós mesmos, e por isso *in te redi*. Daí escrever, em nota, Angel Gonzalez Alvarez: “Observe-se também a atualidade de Santo Agostinho. A filosofia da existência, desde seu próprio nascimento, se relaciona intimamente com algumas doutrinas do Bispo de Hipona, se bem que, ao serem consideradas com o caráter de exclusividade que não possuem em Santo

Agostinho, falseia-se sua significação mais genuína.”⁴³

9.1. Deixemos de lado as manifestações ou doutrinas místicas de Mestre Eckhart (1260/1327) e de Jacob Boehme (1575/1624), porque muito longe dos nossos propósitos, e porque é provável que Rui não os tenha lido. Não há dúvida, porém, que a linha que parte de Boehme passa por Kierkegaard e por Dostoievski, na mesma concepção mística da divindade, como místico também era Santo Agostinho; trata-se de mera questão de grau. Escreve Léon Chestov a respeito do grande místico do século XVII: “A fé é uma nova dimensão do pensamento, desconhecida, estranha à filosofia especulativa e que nos abre a via que leva ao Criador de todas as possibilidades, a Este para quem não há limites entre o possível e o impossível. É difícil, espantosamente difícil, não somente realizar isso, mas até representá-lo. Jacob Boehme diz que, quando Deus afasta dele a sua mão, ele próprio não compreende mais o que escreveu. Penso que Kierkegaard e Dostoievski poderiam ter repetido as palavras de Boehme.”⁴⁴ E Rui também, dizemos nós.

Outro grande espírito da filosofia existencial cristã, com quem Rui mantém estreita afinidade de idéias, é Sören Kierkegaard (1813/1855), dinamarquês, criador da dialética protestante. Sem dúvida não chegou a ser da leitura do brasileiro, pois as suas traduções e notoriedade se deram muito tardia-

mente. Cabe-lhe, se não a criação, pelo menos a denominação de filosofia existencial, contra a filosofia especulativa tradicional, notadamente a de seu contemporâneo, Hegel. Todo o capítulo III de um dos seus livros fundamentais versa sobre a existência e o existente, a verdadeira realidade, em confronto com o pensamento abstrato, que se mostra embaraçado precisamente diante das questões da existência: “a abstração escamoteia a dificuldade e a põe de lado, embora depois se vanglorie de tudo explicar.” É preciso ver o individual concreto, diferenciado, único, e não a uniformidade artificial do pensamento lógico e puramente abstrato. Existir, realmente, não se pode fazer sem paixão. O próprio objeto da fé é a realidade de Deus, no sentido da existência, mas existir significa, antes de tudo, ser um indivíduo. Por isso o cristianismo não é uma unidade do divino e do humano, do sujeito-objeto: “Se, com efeito, o cristianismo fosse uma doutrina, a relação que se tem com ele não seria a da fé, porque quanto a uma doutrina não há outra relação senão intelectual. O cristianismo não é então uma doutrina, mas o fato de que Deus existiu (como homem individual).”⁴⁵

O sujeito que pensa, pensa também a si mesmo como ser concreto, minimizando a pretensão do puro conhecimento objetivo da realidade, à qual o indivíduo parece um estranho, alheio a ela. Como aconteceu com Santo Agostinho, também em Kierkegaard, não se trata, por ser existencial, de uma

postura puramente irracionalista, de vez que o sujeito pensa a sua própria razão como elemento da realidade. O homem passa a ser uma totalidade existencial e não unicamente uma pura consciência que pensa.

Na filosofia existencial teológica ou cristã de Kierkegaard, o indivíduo e a liberdade individual têm existência própria, não se perdem abstratamente no cosmo universal. O homem é livre e por isso mesmo é responsável perante Deus; encontra-se num permanente processo de se construir a si mesmo. Em Rui: "O Criador começa, e a criatura acaba a criação de si própria." O que importa é essa atividade íntima do homem, o seu aspecto divino. Só se alcança e se conhece Deus pela fé, e não pelo conceito. Daí o sentimento de angústia e não raro de desespero em que se encontra o indivíduo, sempre obrigado a correr o risco de uma escolha, do salto da opção diante da fé. A angústia é inerente ao homem pelo pecado original.

Se o eu é uma auto-relação concreta, essencial, consigo mesmo, existencial, mas sem Deus lhe faltaria o fundamento, que lhe dá autenticidade. A existência é a coincidência de auto-relação e relação a Deus; a auto-relação subsume-se em sua relação com Deus. Existir, pois, é estar diante de Deus. E vale este trecho exemplar, muito contraditório em Rui: "O que num homem deve produzir a representação de Deus e de sua própria beatitude eterna é que ele transforma por isso toda sua existência,

transformação pela qual ele morre de imediato. Isso acontece lentamente, mas logo depois se sentirá finalmente tomado na representação absoluta de Deus, porque a representação absoluta de Deus não significa: ter *de passagem* a representação absoluta, mas tê-la a cada instante. Isso é a cessação da imediatidade e da condenação à morte do aniquilamento." Daí a dificuldade de ser cristão, cujo sentimento é de permanente obediência a Deus. Não se é cristão, torna-se cristão.⁴⁶

Resume Jolivet: "Tornar-se cristão: eis então o resumo da mensagem de Kierkegaard. Tudo se resume, para o cristão, a este esforço incessante e doloroso, mas glorioso, pois que o identifica com Cristo, para tornar-se o que ele é." No *Jornal*, a 2 de abril de 1850, escrevia Kierkegaard: "Ensina-me, oh Deus, a não me atormentar e me martirizar numa reflexão sufocante, mas a respirar sãmente na fé."⁴⁷

Além da concepção da filosofia e da ciência como insuficientes na explicação e justificação do destino humano, muito se aproxima Kierkegaard de Rui no combate que sempre moveu contra a confusão da religião com o Estado e no elogio da igreja primitiva. O Estado é sempre profano e por isso não pode ser elevado à categoria de protetor do cristianismo. Como Rui, verberava a igreja oficial na Dinamarca como contrária ao verdadeiro cristianismo e ao Evangelho. Atacou sempre o chefe da igreja protestante, o bispo Mynster, com quem andou em violentas polémicas. No compromisso do cristianismo

com os poderes temporais, só ele tem a perder, “no seu verdadeiro caráter: o de ser divino”.

Alguns trechos do *Jornal*, de 1854: “Num só caso, num único, um mestre de cristianismo fiel ao juramento do Novo Testamento é defensável de se deixar manter pelo Estado — é quando está preso e, bem entendido, preso por causa do cristianismo...” “Eu não digo que o Estado não possa, em certo sentido, obter sua vantagem com esta espécie de religião que é hoje o cristianismo oficial — desde que com um pouco mais de talento — ao contrário, o Estado no fundo não encontraria a quem pregasse o verdadeiro cristianismo; mas o que eu pretendo é que o cristianismo não tem interesse em que semelhante etiqueta tome a etiqueta cristã. E eis porque, digo eu, o cristianismo deve exigir que antes de tudo o pastor declare no púlpito que isso que ele tem pregado até então como cristianismo em realidade não o é. Contudo, mesmo assim, será ainda em benefício do Estado, porque só o cristianismo em sentido eminente pode ser um perigo para ele.” (...) “O cristianismo oficial (o da “cristandade”) é simplesmente um *logro*, é enganar Deus. Com o cristianismo do Novo Testamento, eis como ele se apresenta; é um dom feito ao homem, mas também, nem mais nem menos, uma obrigação para ele; e esta obrigação é tão dura, que ser cristão na linguagem dos homens constitui a suprema miséria e aflição. O cristianismo da cristandade toma o cristianismo somente como um dom. Eis porque se agita

tanto em torno dos sacramentos (num sentido supersticioso) e finge ignorar que a obrigação resulta do sacramento.” (...) “O Estado encarregou-se do cristianismo, e a perfeição do cristão consistiu em chegar a esse máximo de uniformidade que marca um produto de fábrica.”⁴⁸

Em verdade, no entanto, nada está mais próximo do homem do que Deus, o Deus que se fez Homem. No estado de angústia, em que se consumia, Kierkegaard dirigia-se a Deus e implorava: “Meus Deus, dá-me coragem de esperar, Deus de misericórdia, que a esperança fecunde de novo a aridez estéril do meu coração.” Deus haveria de atendê-lo, esperava em sua fé, pois todo o poder pertence a Deus, em Deus tudo é possível. Embora nem sempre assim o compreenda a vã razão humana. Como em Rui: “A filosofia não pode dar fé ao homem e nem a isso é obrigada; mas ela deve conhecer seus limites. Ela não deve nada arrebatá-lo ao homem e sobretudo não tem o direito de privá-lo por sua tagarelice do que ele tem, fazendo crer que isso não é nada.” Aqui também estava uma resposta a Hegel que colocava a filosofia como o “juiz absoluto”.⁴⁹

9.2. Desde há muito tempo, à medida que me ia enfronhando na obra de Rui, notava a cada passo a proximidade do seu pensamento religioso, nem sempre ortodoxo, com Santo Agostinho, com Kierkegaard, Dostoievski e Unamuno, numa certa linha de pensamento cristão. Como nunca havia visto

qualquer referência nem de Rui nem dos seus comentadores e biógrafos aos nomes dos três últimos, apelei para esse excelente amigo, que é Homero Sena, Diretor do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, e lhe pedi que mandasse verificar se a biblioteca da Casa possuía algum deles. Pois bem, a descoberta foi de causar intensa alegria. Não me havia enganado; como suspeitava, lá se encontravam várias obras de Dostoievski e uma das obras, talvez a fundamental, de Unamuno.

No conhecido ensaio de Brito Broca, *A literatura na biblioteca de Rui Barbosa*, nenhuma referência há aos dois. Havia eu lido *Os Irmãos Karamázovi*, onde se encontra o enigmático episódio de *O grande inquisidor*, ainda nos tempos de estudante universitário. Ao ler bem mais tarde *O Papa e o Concílio*, de imediato se fez a relação dos dois em meu espírito. Quando aqui aparecia a grande Introdução de Rui, em maio de 1877, em dezembro do mesmo ano anotava Dostoievski no seu *Jornal de um Escritor*: “Este ano vou repousar do dever de escrever a termo fixo; quero justamente consagrá-lo a um trabalho literário que se está concebendo em mim, insensivelmente e involuntariamente, durante estes dois anos de publicação do *Jornal*.”⁵⁰

Tratava-se exatamente de *Os Irmãos Karamázovi*, que, como *O Adolescente*, na informação de Troyat, seria um fragmento do vasto ciclo inacabado que Dostoievski havia intitulado *A vida de um grande pecador*: “Ele tratará da existência de Deus, este

problema que me tem torturado inconscientemente e conscientemente durante toda a minha vida.”⁵¹ O romance, que seria sua última obra, só vem a ser concluído em novembro de 1880.

Embora ainda hoje sujeito a interpretações e debates, não resta a menor dúvida de que o episódio dostoievskiano, que se passa no século XVI, é uma crítica à Igreja romana, ocidental, tida por Dostoievski, um grande místico, como dogmatizada, formal, excessivamente sistemática, de pura lógica. Não hesitaria essa igreja condenar Jesus Cristo, caso voltasse àqueles tempos ao mundo com a mesma pregação de amor, sacrifício e perdão. Esclarece Troyat, com razão: “Ivan Karamázov é Dostoievski, que ‘Deus torturou toda sua vida’. A negação blasfematória de Ivan Karamázov é a de Dostoievski nas horas de dúvida.” E ainda o mesmo autor: “‘A legenda do grande inquisidor’, tal como Ivan a conta a Aliocha, é o ponto culminante dos *Irmãos Karamázovi*, e, provavelmente, de toda a obra de Dostoievski. Ela resume tudo. Ela esclarece tudo. Ela é bem a última palavra de Dostoievski.”⁵²

Dostoievski clamava pela liberdade e pela fé interior, como dizia Paulo, com a lei de Deus inscrita no coração. Há trechos tão próximos nos dois escritos, de plena manifestação mística e de combate a uma religião oficial, confundida com o Estado, que até parecem inspirados um no outro. Mas não o foram, tal não se deu: trata-se de mera coincidência, e não de influência, ditada aquela pela mesma con-

cepção da fé e do homem colocado diante do mistério de Deus.

Há em *O Grande Inquisidor* trechos da maior veemência contra Roma e os jesuítas, em nome do cristianismo e dos Evangelhos, que muito se assemelham com os de *O Papa e o Concílio*. O Grande Inquisidor, de noventa anos de idade, mestre solitário, pretendia corrigir e aperfeiçoar a obra de Cristo, tirando dos homens a liberdade e transformando-os em dócil rebanho, com pão, autoridade e milagre.

Cristo aparece em Sevilha, “onde, na véspera — escreve Dostoievski —, justamente, o Grande Inquisidor fez queimar cerca de uma centena de hereges, num esplêndido auto-de-fé, *ad majorem Dei gloriam* em presença do rei, dos cortesãos, cavaleiros, cardeais e encantadoras damas da corte”. É logo reconhecido e cercado pela multidão, que lhe pede milagres e bênçãos. O Grande Inquisidor se dirige a ele, e lhe pergunta: “Por que nos vieste perturbar? Pois nos vieste perturbar, bem o sabes. Mas saberás o que vai acontecer amanhã? Não sei quem és Tu, nem o quero saber; não sei se realmente és Tu, ou apenas uma aparência d’Ele, porém amanhã mesmo Te hei de julgar e condenar a morrer na fogueira, como o pior dos hereges.”

Criticando o catolicismo romano e os jesuítas, não deixa Dostoievski de atribuir a estes últimos uma frase que muito recorda a de Rui: “Mas só se apodera da liberdade dos homens aquele que lhes tran-

qüiliza a consciência.” (...) “Aceitamos Roma e a espada de César, e nos proclamamos os únicos reis do mundo, embora até agora não tenhamos podido realizar completamente a nossa tarefa.” (...) “porque quem dominaria os homens, senão aqueles que detêm suas consciências e dispõem do seu pão? Nós tomamos pois a espada de César, e ao recebê-la evidentemente Te abandonamos a Ti, para seguir a Ele.”⁵³

Como em Rui, Dostoievski vê o divórcio entre a religião e a Igreja, mas sempre em nome de uma grande fé e de um frêmito religioso de intenso misticismo. Levanta-se contra a teocracia católica e os dogmas do *Syllabus*. Como mostra Chestov, são idênticas as mensagens de Kierkegaard e de Dostoievski, “que respiram uma tensão sobre-humana.” Também como Rui, erigia o autor russo a religião da liberdade, do sacrifício e do desprendimento. Assim o explica Berdiaeff: “O Cristo se encontra no fundo, nas profundezas do homem. Vê-se que a religião de Dostoievski é oposta, por seu tipo mesmo, ao tipo da religião autoritária. Sua religião é a mais livre possível, a que aparece no mundo inteiramente impregnada da noção de liberdade.” (...) “O tema do homem e de seu destino, para Dostoievski, é, antes de tudo, o tema da liberdade.”⁵⁴

Sem que Berdiaeff se refira a este trecho, encontramos estas palavras do Grande Inquisidor, dirigindo-se a Cristo: “Ora, já há mil e quinhentos anos estimavas acima de tudo a liberdade da fé dos homens.

Não eras Tu próprio que dizias: 'Quero que sejais livres'? Agora, porém, já viste esses homens 'livres' — acrescentou o velho com um sorriso penetrante. — Custou-nos caro — continuou o Inquisidor, olhando-o severamente — mas afinal acabamos a nossa obra, em Teu nome. Durante quinze séculos, muito tormento enfrentamos por causa dessa liberdade — hoje contudo isso acabou, acabou de todo." Para Dostoievski há que tomar partido, por um ou por outro, não há uma terceira solução; e Cristo significa a liberdade, o perdão, a bondade e o amor. Como Rui, prega Dostoievski um cristianismo vivo, interior, luminoso, o cristianismo de São João, lembra Berdiaeff.

No seu *Jornal*, em maio/junho de 1877 coloca entre aspas a infalibilidade do Papa Pio IX, denuncia o afastamento do clero russo do povo, a fim de certas ramificações de um complô clerical, bem à maneira de Rui. Mas ambos o faziam, não em nome da irreligiosidade, mas, ao contrário, em nome do que consideravam o verdadeiro cristianismo.

Voltando mais uma vez a Berdiaeff, vale a transcrição de alguns comentários seus a Dostoievski que parecem inteiramente escritos para Rui, sem deixar resto. O Dostoievski da vida toda, principalmente de *O Grande Inquisidor*, é o mesmo Rui de *A Igreja e o Estado* e *O Papa e o Concílio*. Escreve Berdiaeff: "Dostoievski foi um escritor profundamente cristão. Não conheço quem o seja mais."

(...) "O cristianismo transformado em retórica morta, abastardado pelo clericalismo, não pode mais ser uma força regeneradora." (...) "O cristianismo histórico, em muitos pontos, parece mais um mineral que um organismo vivo: petrificou-se. Pronunciamos com uma boca sem vida palavras mortas, das quais desapareceu o espírito." A única diferença é que isso é Dostoievski de sempre, e *O Grande Inquisidor* é a sua última mensagem e a mais alta; ao passo que Rui, embora o mesmo cristão, caminhou, ainda que como um grande místico, para o seio da própria ortodoxia católica. Vale, porém, o momento que os identificou.

Torturado por Deus, bêbado de Deus, não podia Dostoievski admitir um universo desprovido da Divindade e da imortalidade. Num mundo assim, tudo seria lícito, perdido o homem na vida, sem nada que a justificasse e encontrando no suicídio a única saída válida. Cabem tanto a Dostoievski quanto a Rui estas palavras iniciais do grande livro de Romano Guardini: "A quem empreende estudar o fato religioso na obra de Dostoievski parece logo que tomou como objeto nada menos que o mundo inteiro que é o seu conteúdo. Não há com efeito, por assim dizer, figura, acontecimento pertencente ao plano geral da obra, que não tenham de perto ou de longe uma significação religiosa. Em definitivo, os personagens de Dostoievski obedecem todos a poderes ou a motivos

de ordem religiosa; suas ações profundas derivam todas daí. Melhor do que isso, o mundo de Dostoievski como tal, o sistema de suas realidades e de seus valores, e sua atmosfera inteira são no fundo de natureza religiosa.”⁵⁵ Como em Rui, como vimos.

Como em Kierkegaard, apesar do desespero, Ivan Karamazov “não queria deixar de viver”: “Tenho desejo de viver, e vivo, mesmo em contradição com a lógica. Não acredito talvez na boa ordem das coisas; e, entretanto, gosto das folhinhas da primavera, ainda úmidas, gosto do céu azul, gosto deste ou daquele rapaz, e às vezes, podes crer, sem saber como, gosto das grandes ações humanas, nas quais talvez já deixei de acreditar há muito tempo, mas que o coração continua a venerar por força do hábito...” (...) “Penso que, antes de tudo, é preciso amar a vida.” (...) “Amá-la antes da lógica, como tu o disseste; sim, antes que à lógica: e só assim lhe compreenderemos o sentido.”

E também como Kierkegaard, condenando o logicismo e o intelectualismo em *O espírito subterrâneo*: “O homem nutre uma tal paixão pelos sistemas, pelas deduções abstratas, que está pronto a fantasiar conscientemente a verdade, pronto a fechar os olhos e a tapar os ouvidos diante da verdade, somente para justificar a sua lógica.”

Além de *Os Irmãos Karamázovi*, em dois volumes, encontram-se de Dostoievski, na biblioteca de Rui Barbosa: *Os Possessos*, também em dois volumes (nas edições mais novas, traduzido por *Os Demô-*

nios), *O Espírito Subterrâneo* (só bem mais tarde amplamente divulgado e bem analisado, entre nós, por Hamilton Nogueira, em 1935), *A Mulher Alheia* e *A Confissão de Stavroguine*, seguido do *Jornal de um Escritor*, todos abundantemente assinalados, a lápis, pelo grande devorador de livros da Rua S. Clemente. Este último volume foi uma das derradeiras obras que passaram pelos olhos de Rui, pois a sua edição em Paris data de 1922, no transcurso do ano final de vida do autor de *O Papa e o Concílio*. Copiamos, página a página, todos os trechos assinalados por Rui, o que, por si só, oferece material para um longo ensaio independente: “Rui, leitor de Dostoievski”. Bastam, no entanto, a descoberta e o registro.⁵⁶

9.3. Constitui tema de debate a possível influência da filosofia existencial de Kierkegaard sobre o pensamento de Miguel de Unamuno. Não há dúvida de que o espanhol o cita muitas vezes em apoio das suas idéias. Julián Marías, que não esconde uma certa antipatia pela obra de Unamuno, afirma ser inequívoca a influência, enquanto Ferrater Mora aponta, mais uma vez, simples coincidência, pois a concepção da vida do autor da *Agonia do cristianismo* já se havia completado, quando veio a conhecer a produção do pensador dinamarquês. Pouco importa o debate; quero somente mostrar a sua filiação à mesma corrente da filosofia existencial.⁵⁷

Da riquíssima geração de 98 espanhola, na qual se situam escritores do peso de Ganivet, Maeztu, Baroja, Azorín e Machado, além de outros, Donald Shaw classifica Unamuno como “o gigante da geração”. Crente para uns, ateu para outros, apóstata para terceiros,⁵⁸ a verdade é que Unamuno foi também um torturado pela necessidade da fé. Em 1897, desperta do agnosticismo, em aguda crise de angústia por se sentir “à borda do nada”, diante do medo da “morte e do total acabamento”. Bem mais tarde, os seus dois maiores livros, *Do sentimento trágico da vida* e *A agonia do cristianismo* foram colocados no Index (1957). Em 1920 foi condenado a 16 anos de prisão por haver insultado o rei, pena que não chegou a cumprir.

Heterodoxo, ou não, poucos terão vivido como Unamuno o drama da fragilidade humana, da incerteza da vida eterna. Como Dostoievski, consumiu-se por toda a vida nessa tortura da imortalidade. Merecem lidas umas palavras de Berdiaeff que bem se enquadram na concepção religiosa do mestre de Salamanca: “A verdade torna o homem livre, mas o homem deve livremente acolher esta Verdade; não deve ser constringido a chegar a ela pela força. O Cristo dá ao homem a liberdade última, mas o homem deve antes de tudo haver aderido livremente ao Cristo. ‘Tu desejaste o livre amor do homem, a fim de que ele vá a Ti, seduzido e cativado por Ti.’ (São palavras do Grande Inquisidor).”⁵⁹

É esta também a pregação de Unamuno. Dele possuía Rui somente *Do sentimento trágico da vida*, numa bela edição francesa, de 1917. À página 175, assinalou Rui: “A dor mais áspera para o homem é a de aspirar a muito e a de não poder nada.” Com o mesmo título da fala de Rui de 1870, há todo um capítulo sobre *Fé, esperança e caridade* (pp. 227/260), que começa assim: “Este Deus cordial e vivo, vai-se a ele ou volta-se à ele, depois de o ter deixado de lado pelo Deus lógico ou morto, pelo caminho da fé e não da convicção racional ou matemática.” Parecem palavras de Kierkegaard ou de Dostoievski, místicos que chegaram a Deus pelo sentimento e pelo coração.

E poucas páginas adiante, na mesma linha a que se filiava Rui no cristianismo: “Eis porque Santo Agostinho disse: ‘Eu te procurarei, Senhor, te invocando, e eu te invocarei crendo em ti. Senhor, minha fé te invoca, a fé que tu me deste, que tu me inspiraste com a humanidade de teu Filho, pelo ministério da pregação’ (*Confissões*, L. I, cap. I). O poder de criar um Deus à nossa imagem e semelhança, de personificar o Universo, significa que levamos Deus em nós, como garantia do que esperamos, e que Deus nos cria incessantemente à sua imagem e semelhança.”

E mais: “Deus se cria ele mesmo em nós pela compaixão, pelo amor. Crer em Deus é amá-lo e acatá-lo com amor, e se começa por amá-lo antes de conhecê-lo, e é amando-o que se acaba por vê-lo

e descobri-lo inteiramente.” (. . .) “A fé é nossa aspiração para o eterno, para Deus, e a esperança é o desejo de Deus, do eterno, de nossa divindade, que se coloca diante da fé e a eleva.”⁶⁰

Unamuno tinha da filosofia a mesma concepção de Rui, admitindo-a como insuficiente e incapaz de aprender o problema humano em sua realidade total. A filosofia dos filósofos impede de ver os homens como eles são: concretos, singulares, particulares, como existências inconfundíveis. De forma simples: “A filosofia é um produto humano de cada filósofo, e cada filósofo é um homem de carne e osso que se dirige a outros homens de carne e osso.” Comenta Ferrater Mora: “É provável que jamais se tenha proclamado de modo tão radical a condição humana da filosofia e a constituição terrena do filósofo.” O homem não é só razão, daí a sua oposição ao cientificismo racionalista como concepção total do mundo e da vida.

Em 1905, na *Vida de Dom Quixote e Sancho*, de grande beleza poética, aparece, em diversas passagens, o seu conceito da angústia diante da morte, da total não-existência, “anonadamiento”, insuportável, sem dúvida, mas do qual nasce a sua consciência existencial: “A angústia do espírito é a porta da verdade substancial.” O que mais atormenta o homem é o “terror do nada”; quer continuar existindo eternamente. “Las ganas de Dios” são uma necessidade profunda e essencial da própria existência humana, não se podendo, em verdade, chegar nunca a um

estado definitivo de tranqüilidade. A fé é sempre um esforço dinâmico, de luta, a fé é sempre “agônica”. A verdade, diz, não é o reflexo do Universo na mente, e sim seu assento no coração. “Sofre para que creias e crendo vivas. . .” “A verdade é o que faz viver, não o que faz pensar.”

O homem tem sede e necessidade da imortalidade, é com essa esperança que encontra a própria finalidade da sua existência, da sua ação, da sua ética. Daí a necessidade de Deus, que já se encontra dentro de nós. Veja-se este trecho exemplar: “A morte não triunfa da vida com a morte desta. Morte e vida são mesquinhos termos de que nos valem nesta prisão do tempo e do espaço; têm ambas uma raiz comum e o raizame desta raiz prende-se na eternidade do infinito: em Deus, Consciência do Universo.”⁶¹

9.4. Finalmente, é preciso que se diga que Rui se manteve sempre o mesmo em sua vida interior, a despeito ou independente da prática dos sacramentos, da sua aproximação com os mesmos jesuítas por ele atacados na mocidade: o seu sentimento místico, a sua personalidade religiosa, de deoversão — e só essa nos interessa —, não se alterou. Nos escritos da velhice invoca Deus a cada momento, sente-se humilde e fraco diante dele, e o faz centro mesmo da dinâmica universal e da explicação da conduta humana. Em sua missão a Buenos Aires, em 1916, dividia as duas facções em guerra em Verbo da Força e Verbo de Deus, a luta do Mal contra o

Bem. Num só discurso, no Senado argentino, refere-se a Deus três vezes, a quem aquela nação deve agradecer pela sua reorganização eleitoral, por haver fundado leis e constituições que se executam, que não mentem, em suma, que vivem.⁶²

Na *Oração aos Moços*, de 1921, dois anos antes de morrer, a sua religiosidade chega ao máximo, igualando as concepções místicas da mocidade. Começa o discurso com Deus e o invoca a cada instante, como neste trecho de grande beleza e elevação: “O coração não é tão frívolo, tão exterior, tão carnal, quanto se cuida. Há, nele, mais que um assombro fisiológico: um prodígio moral. É o órgão da fé, o órgão da esperança, o órgão do ideal. Vê, por isso, com os olhos d’alma, o que não vêem os do corpo. Vê ao longe, vê em ausência, vê no invisível, e até no infinito vê. Onde pára o cérebro de ver, outorgou-lhe o Senhor que ainda veja; e não se sabe até onde. Até onde chegam as vibrações do sentimento, até onde se perdem os surtos da poesia, até onde se somem os vôos da crença; até Deus mesmo, invisível como os panoramas íntimos do coração, mas presente ao céu e à terra, a todos nós presente, enquanto nos palpita, incorrupto, no seio, o músculo da vida e da nobreza e da bondade humana.”

No coração, “não há passado, nem futuro, nem ausência”, “tudo é viver num mundo, em que estamos sempre fora deste, pelo amor, pela abnegação, pelo sacrifício, pela caridade”.⁶³

Encontra-se na biblioteca da Casa de Rui um exemplar da *Imitação de Cristo*, cuja edição é de 1900, com a seguinte dedicatória para Rui Barbosa: “Que te caíam na alma as doces palavras de Cristo como a muitos caíram. Ao bom paizinho oferece o filho João.” Lembra Lacombe que o menino era aluno do Colégio Anchieta e que a oferta haja sido feita “talvez por inspiração de algum de seus mestres”.

O menino João, criança, ingênuo ainda, ignorava que as “doces palavras de Cristo” nunca haviam saído do coração de seu pai. Em poucos corações brasileiros estiveram elas tão gravadas. Em 1893 dizia: “Nunca a minha pena se agitou a um movimento de desprezo ou irreverência, contra a divindade cristã.” Em 1921: “Profunda e inalteravelmente cristãos foram eles (os sentimentos religiosos) sempre.” Queixava-se Rui de que os seus acusadores de irreligioso ou de ateu não o haviam lido nos documentos de mocidade, ou se o fizeram, não o entenderam.

A segunda parte do pequeno livro é constituída pelo *Formulário de Orações*, que, como já notara alguém e Lacombe chama a atenção para o fato, não vem assinalada por Rui. Trata-se da prática dos sacramentos. A primeira parte, no entanto, do grande místico e moralista anônimo vem profusamente assinalada, encontrando-se Rui em sua própria casa, porque essas nunca deixaram de ser as suas crenças e os seus sentimentos. Alguns exem-

plos: "Quanto mais humilde e submisso a Deus for alguém, tanto mais sábio e tranqüilo ficará". (...) "Faze da tua parte e Deus ajudará a tua boa vontade." (...) "Se tão-somente fazemos consistir nas práticas exteriores o progresso da religião, será de curta duração o nosso fervor." (...) "Ditosa alma, que ouve, em si, a voz do Senhor e recebe, de sua boca, palavras de consolação." (...) "Prendei-me a vós pelos indissolúveis vínculos do amor, porque, somente, vós bastais a quem vos ama, e sem vós é frívolo tudo."

10. Como disse, ao começo, Rui é inesgotável, mas não a minha capacidade nem muito menos a paciência de quem me ouve. Já é tempo, pois, de ir colocando o ponto final. Foi meu propósito, ao contrário do que pensa a quase totalidade dos seus comentadores, mostrar que a dimensão principal na personalidade de Rui, a sua faculdade mestra, é a religiosa, e, mais do que essa, a mística. A sua concepção global do mundo e da vida, a sua própria concepção da história, do direito, da política repousam sempre em Deus, origem e fim de todas as coisas. A sua vida e a sua pregação, mesmo em *O Papa e o Concílio*, e principalmente nele, sempre foram "a apologia mais convencida, mais apaixonada, mais completa do papel essencial das religiões, da soberana importância do sentimento religioso sobre todos os sentimentos humanos."⁶⁴

Por isso mesmo, muito me admiro que Cecília Meireles e Augusto Frederico Schmidt, dois grandes espíritos poéticos, nenhuma referência hajam feito à religião na existência do seu biografado.⁶⁵ Demonstra Viana Filho, em numerosas passagens, a sua permanente religiosidade, e em dois momentos, pelo menos, escapa-lhe da pena, de passagem, a referência ao "seu espírito místico"; alude também ao gosto pelo tom profético em suas falas e advertências. Numa frase: "Durante toda a existência, não há um só momento em que Rui deixe de se dizer cristão. Mesmo nas ocasiões em que esteve mais afastado de Roma."

Com razão pôde escrever Américo Jacobina Lacombe que "todos os documentos que dele possuímos em relação aos problemas religiosos respiram a angústia dos problemas da fé." (...) "não há uma só declaração de ateísmo em todos os escritos de Rui Barbosa desde a sua aparição na vida pública. Pelo contrário, o problema religioso está sempre presente em suas preocupações e em seus trabalhos intelectuais. Sua própria intervenção na Questão Religiosa, sua célebre introdução d'*O Papa e o Concílio* estão a indicar o homem religioso. A um ateu que sentido apresentariam aquelas sutis distinções de regalismo, colaboração, separação de poderes, infalibilidade, competência de definição dogmática e a angústia pelo contínuo e apavorante afastamento da massa popular da vida religiosa?"

E, finalmente, Miguel Reale, numa síntese magnífica e exata: “Rui, animado de profunda religiosidade, jamais se separaria de Rui, imbuído de idéias fundamentais do naturalismo do século XIX.” (...) “O seu cristianismo sempre foi algo de essencial e de profundo, como força condicionadora de suas demais convicções, filosóficas, jurídicas e políticas. Bem poucos homens terão vivido tão intensamente no Brasil o problema religioso, em contraste e libertação.”⁶⁶

Rui, diga-se a bem da verdade, que comparece, com textos exemplares, em antologias de literatura, de direito, de ciência política, de eloquência parlamentar, de temas históricos, de assuntos econômicos e financeiros, é digno também de fazer parte — sem desdouro algum, pelo contrário, com realce — de antologias do pensamento religioso brasileiro. É parte integrante da seleta da mística nacional. Filia-se ele à tradição da filosofia existencial, de Santo Agostinho a Unamuno, passando por Kierkegaard e Dostoievski, numa postura imanente, à maneira dos Apóstolos, trazendo Cristo no coração, inquieto, torturado às vezes, na permanente busca da perfeição interior e da caridade por todos os homens. Religião de amor, de perdão e de liberdade, que cabe toda no coração do homem, “neste regaço interior, onde os mortos renascem, prenascem os vindouros, e os distanciados se ajuntam, ao influxo de um talismã,

pelo qual, nesse mágico microcosmo de maravilhas, encerrado na breve arca de um peito humano, cabe, em evocações de cada instante, a humanidade toda e a mesma eternidade.”⁶⁷

Notas

gelo qual, neste estágio microscópico de suas células, encontra-se a prova de um pelo humano, cujo comprimento de cada unidade é humilhante, e a sua estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

... a estrutura é...

1 — Ch. Richet, *Essai de Psychologie Générale*, 11ª ed. (a 1ª é de 1898), Paris, 1930, p. 144.

2 — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. II, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1954, pp. 109, 118/119.

3 — Rui Barbosa, “Manifestações do Partido Federalista em 7 de fevereiro de 1892” (na Bahia), *Discursos e Conferências*, Porto, 1921, pp. 294/295: “. . .espírito severo de meu pai; imagem da bondade e da pureza, que verteste em minha alma a felicidade de sofrer e de perdoar, que me educaste no espetáculo divino do sacrifício cercado pelo sacrifício, carícia de céu na manhã dos meus dias, aceno de céu no horizonte da minha tarde. . .”

Quase aos 60 anos — “Discurso proferido na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 17 de dezembro de 1909”, *Novos Discursos e Conferências*, Coligidos e revistos por Homero Pires, São Paulo, 1943, p. 271 — tornava Rui a declarar que devia ao pai “o fundo religioso do sentimento e das idéias”.

391. Rui conseguiu levantar a censura, a peça foi encenada.

15 — R. Barbosa, “Pelos escravos, às senhoras baianas”, Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa, de Laudelino Freire, vol. I, *Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 1920, pp. 13/20.

16 — R. Barbosa, *A Igreja e o Estado*, Rio de Janeiro, Tip. Hildebrant, 1876, *passim*. Terminou a conferência, muito aplaudida, numa grande exaltação à liberdade.

17 — R. Barbosa, *O Papa e o Concílio*, cit., vol. I, *passim*.

18 — R. Barbosa, *Discurso no Colégio Anchieta*, cit., p. 34. É também do maior interesse a leitura dos seus depoimentos: “As minhas conversões”, *Cartas de Inglaterra*, cit., pp. 387/410 e OCRB, vol. XVI, 1889, tomo I, *Queda do Império*, Rio de Janeiro, 1947, p. LXXXVI. A Introdução de Rui é de 1921.

19 — Padre Júlio Maria, *O Catolicismo no Brasil (Memória histórica)*, Rio de Janeiro, 1950, pp. 213 e segs., inclusive a *Pastoral*. A 1ª edição da *Memória* apareceu no *Livro do Centenário (1500/1900)*, vol. I, Rio de Janeiro, pp. 79/134, em vida de Rui.

20 — “Discurso em Feira de Santana, em 22 de fevereiro de 1893”, *Discursos e Conferências*, cit., pp. 339/340.

21 — B. Pereira, *Diretrizes de Rui Barbosa*, São Paulo, 1938, p. 164.

22 — A. Amoroso Lima, “Prefácio”, in Júlio Maria, cit., p. 10.

23 — *Cartas de Inglaterra*, cit., p. 394; *Primeiros Trabalhos*, cit., p. 63. Nas *Cartas*, p. 391: “Combati o jesuitismo com o Evangelho, o exclusivismo religioso com a palavra de Cristo, o concílio do Vaticano com a história da Igreja primitiva.”

24 — *Discursos e conferências*, cit., p. 453.

25 — *Primeiros trabalhos*, cit., pp. 166/168.

26 — OCRB, vol. XXIV, 1897, tomo I, *O Partido Republicano Conservador. Discursos Parlamentares*, Rio de Janeiro, 1952, pp. 179/181; ou em A. J. Lacombe, *Discurso no Colégio Anchieta*, cit., pp. XX/XXI.

27 — *Discursos e conferências*, cit., p. 320; *O Papa e o Concílio*, cit., p. 289. No primeiro, p. 314: “À vossa aparição, caridade soberana, a um sorriso da vossa humildade, os mais duros, os cétricos, os mais glaciais sentem que os homens não nasceram para a inimizade, que o mundo não pertence à violência, que a bondade é a mais dominadora de todas as forças. A boca de oito dos Crisóstomos, a unção dos grandes pregadores são incapazes de exprimir-te. O Evangelho mesmo, na sua singeleza sobrenatural, não te refletiria, se o Evangelho não terminasse no Calvário: um mártir divino morrendo, sem um soluço de queixa, pelos homens que o crucificavam.”

- 28 — *Discursos e conferências*, cit., pp. 18/19.
- 29 — *Discursos e conferências*, cit., pp. 240 e 294.
- 30 — OCRB, vol. XXVII, 1900, tomo IV, *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 1975, pp. 110 e 112.
- 31 — *Discursos e conferências*, cit., pp. 313, 318/319. É de 1893.
- 32 — *Discurso no Colégio Anchieta*, cit., pp. 51/52.
- 33 — OCRB, vol. XXVIII, 1901, tomo III, *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 1979, pp. 190/193.
- 34 — *Novos discursos e conferências*, cit., p. 402.
- 35 — José Ferrater Mora, *Diccionario de Filosofia*, vol. II, Buenos Aires, 1969, pp. 208/209; Ed. Spranger, *Lebensformen*, 9ª ed., Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1966, p. 240.
- 36 — M.T.-L. Penido, *La conscience religieuse*, Paris, 2ª ed., s./d., pp. 198 e segs. Também H. Bergson, *Les deux sources de la morale et de la religion*, 58ª ed., Paris, 1948, pp. 240 e segs.: “Porque o amor que o consome não é mais simplesmente o amor de um homem por Deus, é o amor de Deus por todos os homens. Através de Deus, por Deus, ele ama toda a humanidade de um divino amor.” O místico leva à religião, para reaquecê-la — diz Bergson — “alguma coisa do amor que o anima”.
- 37 — J. de Figueiredo, *Correspondência*, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1946, p. 137.

Em outro livro, escreve Mestre Penido, de quem tive a honra de ser aluno e auxiliar de ensino, *O Corpo Místico* (Comentário da Encíclica “Mystici Corporis Christi”), Petrópolis, 1944, p. 6, e com cuja opinião Rui concordaria plenamente: “Observa-se de todos os lados, naqueles que conservaram a fé, no meio da apostasia geral, uma tendência a viver a religião, a considerá-la não como um formalismo, um conjunto de práticas externas impostas pelo costume, mas algo de pessoal, de íntimo, de orgânico, um crescimento pelo interior. Não é que a religião exterior seja nociva; faltando-lhe, porém, um espírito profundo, degenera logo em superstição ou em farisaísmo. Ora, a doutrina do Corpo Místico revela o espírito que deve animar a prática externa, espírito que se resume na incorporação a Cristo, na vida em Cristo. Bem assimilada, essa verdade fundamental liberta, simplifica, transfigura as almas.” E disso sabia Rui. . .

38 — Respectivamente: *O Papa e o Concílio*, cit., p. 97; *Queda do Império*, tomo II, p. 10.

39 — J. Ferrater Mora, *Cuatro visiones de la Historia Universal*, Buenos Aires, 1945, p. 70; A. Gonzalez Alvarez, *El tema de Dios en la Filosofía Existencial*, Madri, 1945, p. 21.

40 — São elas, respectivamente: *De la Cité de Dieu*, trad. par le Sieur de Ceriziers, Aumosnier du Roy, A Paris, Chez Pierre Le Petit, M.-DC.LV; *La Cité de Dieu*, trad. nouvelle par L. Moreau, 4ª ed. avec le texte latin, 3 vols., Paris, Garnier Frères,

s./d.; *Les Confessions de Saint Augustin*, trad. de Paul Janet, Charpentier e Cie., Paris, 1872; *St. Augustine's Confessions*, With an english translation by William Watts (1631), In two volumes — Londres, William Heinemann e Nova York, The Macmillan Co., 1912.

41 — A. Truyol Serra, *El Derecho y el Estado en San Agustín*, Madri, 1944, pp. 24, 28; E. Gilson, *La Philosophie au Moyen Age*, 2ª ed., Paris, 1947, p. 135.

42 — Prosper Alfaric, *L'Évolution Intellectuelle de Saint Augustin*, vol. I, Paris, 1918, p. V.

43 — A. Gonzalez Alvarez, cit., p. 77 e nota.

“De todos os autores eclesiásticos, Agostinho é sem dúvida aquele sobre o qual mais se tem escrito”, informa Alfaric. Por isso mesmo, limito-me a acrescentar que me servi de: *The City of God*, trad. de Marcus Dodd, D.D., com introdução de Thomas Merton, Nova York, 1950 e *Confessions*, traduction nouvelle de Louis de Mondanon, S.J., Paris, 1947; além de indicar o exaustivo e excelente livro de Étienne Gilson, *Introduction a l'étude de Saint Augustin*, 2ª ed., Paris, 1943, com abundante indicação bibliográfica.

44 — L. Chestov, *Kierkegaard et la philosophie existentielle*, trad. de T. Rageot e B. de Scholoezer, Paris, 1972, pp. 33/34.

45 — De Kierkegaard, *Post-Scriptum aux miettes philosophiques*, trad. de Paul Peit, 10.ª ed., Paris, 1949, pp. 210 e segs. Também: Chestov, cit., p. 25;

A. G. Alvarez, cit., pp. 69 e segs.; J. Wahl, *Petite histoire de l'existentialisme*, Paris, 1947, pp. 12 e segs. Deste último, ainda não superado, *Études kierkegaardiennes*, Paris, 1938; e Pierre Mesnard, *Le vrai visage de Kierkegaard*, Paris, 1948, com grande bibliografia.

46 — *Post-scriptum*, cit., pp. 326/327 e A. G. Alvarez, cit., pp. 81/83; Kierkegaard, *La difficulté d'être chrétien*, apresentação e escolha de textos por Jacques Colette, o.p., Paris, 1964.

47 — R. Jolivet, *Introduction a Kierkegaard*, 2ª ed., Paris, 1946, p. 244; S. Kierkegaard, *Journal*, trad. de K. Ferlov e J.-J. Gateau, vol. III, Paris, 1955, p. 422.

48 — *Journal*, vol. IV, Paris, 1957, p. 280; vol. V, Paris, 1961, pp. 334/335, 341 e segs. Especialmente sobre o Estado, contraditando Hegel, p. 236.

49 — L. Chestov, cit., p. 95.

50 — *Journal d'un écrivain*, textos traduzidos, apresentados e anotados por Gustavo Aucouturier, Paris, 1972, p. 1.336.

51 — H. Troyat, *Dostoievski*, Paris, 1960, p. 386.

52 — H. Troyat, cit., pp. 394 e 397.

53 — Há uma excelente tradução portuguesa de Rachel de Queirós, na edição de José Olympio, em 2 vols., *Recordações da Casa dos Mortos e Os Irmãos Karamázovi*, Rio, 1962. O Grande Inquisidor encontra-se no vol. II, pp. 647 e segs. A introdução, magnífica, é de Otto Maria Carpeaux.

54 — N. Berdiaeff, *L'esprit de Dostoievski*, Paris, 1946, p. 37; e à p. 12, como em Rui: "Toda idéia, em Dostoievski, está vinculada ao destino do homem, ao destino do mundo, ao destino de Deus."

55 — Romano Guardini, *L'univers religieux de Dostoievski*, trad. de H. Engelmann e R. Givord, Paris, 1947, p. 21.

Veja-se ainda de L. Chestov, *La Philosophie de la Tragédie (Dostoievski et Nietzsche)* — *Sur les confins de la vie*, trad. por Boris de Schloezer, Paris, 1966.

56 — Eis a relação dos livros: *Les frères Karamazov*, 2 vols., trad. de E. H. Kaminski e Ch. Morice, L. Plon, ed., Paris, 1888; *Les Possédés*, 2 vols., trad. de V. Derèly, L. Plon, ed., Paris, 1886; *L'Esprit souterrain*, trad. de E. Halpérine e Ch. Morice, L. Plon ed., Paris, 1886; *Celle d'un autre*, trad. de E. Halpérine, E. H. Kaminski e Ch. Morice, L. Plon ed., Paris, 1888; *La Confession de Stavroguine*. Complétée par une partie inédite du *Journal d'un écrivain*, trad. e comentários de E. H. Kaminski, L. Plon, ed., Paris, 1922.

57 — Cf.: Julián Marías, *Miguel de Unamuno*, Madri, 1943, p. 22; J. Ferrater Mora, "Unamuno, bosquejo de una filosofía", *Obras Selectas*, vol. I, Madri, 1967, p. 37 e segs.

58 — D. Shaw, *La generación del 98*, Madri, 1977, pp. 73 e segs.; e Juan R. Girondella, S.I., *Filosofía y vida*, Barcelona, s./d., p. 160.

59 — N. Berdiaeff, cit., p. 71.

60 — M. de Unamuno, *Le sentiment tragique de la vie*, trad. de M. Faure Beaulieu, NRF, ed., Paris, 1917, p. 175, 227 e 234/235.

61 — M. de Unamuno, *Vida de Don Quijote y Sancho*, 4ª ed., Buenos Aires, 1943, pp. 224 e segs., 294.

Para as fontes de Unamuno e o seu encaminhamento para os problemas da fé: Fr. Meyer, *La ontologia de Miguel de Unamuno*, trad. de C. Goicoechea, Madri, 1962, pp. 156 e segs.

62 — OCRB, vol. XLIII, 1916, tomo I, *Embaixada a Buenos Aires*, Rio de Janeiro, 1981, Pref. de Evaristo de Moraes Filho, *passim*.

63 — "Oração aos moços", Rui Barbosa, *Escritos e discursos seletos*, Rio de Janeiro, 1960, pp. 678/679.

64 — R. Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, cit., p. 395.

Na *Plataforma*, de 1910, p. 43, voltava Rui a dizer: "Nunca ocultei que a minha fé houvesse fraqueado muitas vezes. Mas também nunca me senti constrangido em professar, através dessas vacilações, a minha fidelidade à religião dos meus antepassados. Católico, no entanto, associei sempre à religião a liberdade, bati-me sempre, no Brasil, entre os mais extremados, pela liberdade religiosa."

65 — C. Meireles, *Rui, pequena história de uma grande vida*, Rio de Janeiro, 1949; A. Fr. Schmidt, *Rui Barbosa, defensor do homem*, Rio de Janeiro, 1942.

66 — L. Viana Filho, ob. cit., pp. 50/51, 68/69, 76; L. V. Filho, *Rui e Nabuco*, Rio de Janeiro, 1949, pp. 144/145; A. J. Lacombe, *Discurso no Colégio Anchieta*, cit., pp. XVI e XIX; M. Reale, *Posição de Rui Barbosa no mundo da Filosofia*, Rio de Janeiro, 1949, p. 14.

67 — *Oração aos moços*, cit., p. 679.